



## *A Baixela Germain ao serviço da Corte no Reinado de D. Maria I \**

Maria do Rosário Jardim \*\*

### **1. A Prata do Desembargador nos bastidores dos grandes banquetes.**

As vicissitudes da encomenda da baixela que, nas palavras de D. Vicente de Sousa Coutinho, ainda em 1778 pareciam querer “*dilatar-se ao infinito*” e que tanto se reflectiram na documentação do Guarda-jóias, em nada deixam transparecer os contornos da sua utilização ao serviço da Casa Real portuguesa. Se não foi cabalmente remetida, faltando-lhe um dos mais expressivos elementos de uma grande baixela para servir “*à francesa*” - o *Surtout* da *Quarta Coberta* - era, não obstante, um monumento de glorificação da Coroa: a sua *Primeira baixela*.

Criada para a visibilidade, se bem que na esfera restrita da sociedade de corte, os testemunhos das ocasiões e do modo como serviu “*teimam em se nos ocultar*”, como já confessava José da Cunha Saraiva em 1934<sup>1</sup> Para que ocasiões foi reservada? Que disposição da Mesa teria sido seguida? Reflectiria ainda aquela implícita na formulação da encomenda? De que forma teria sido suprida a ausência do *Surtout* da *Quarta Coberta*?

A pesquisa de novos dados que nos conferissem, sob múltiplas perspectivas, uma imagem mais definida da sua utilização levou-nos, de modo muito particular, ao responsável pela sua administração, o Desembargador João Rodrigues Vilar.

O importante serviço de mesa da Coroa encontrava-se fora do paço da Ajuda, fora do Real Tesouro (das Necessidades) e da alçada do Guarda-jóias. A responsabilidade pela sua utilização cabia à *Repartição* de João Rodrigues Vilar<sup>2</sup>, no Paço de Belém. Também aí era guardada a “*Segunda Baixella*” – a prata de mesa confiscada à Casa de Aveiro<sup>3</sup> em 1759. Ambas faziam parte de “*todo o trem necessário*” para os banquetes de aparato, que incluía prata, mas também porcelana, vidro e roupa de mesa. De tal forma Vilar ficou associado à baixela Germain e à baixela do Duque de Aveiro que, nos livros dos transportes relativos a *jornadas* (i. e. deslocações) régias, estas eram registadas em conjunto como a “*Prata do Desembargador*”<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> José da Cunha Saraiva, “*A baixela Germain subsídios para a sua História*”, Bertrand (irmãos)Ltd.a,Lisboa,1936,p.61.

<sup>2</sup> João Rodrigues Vilar era filho do Capitão António Rodrigues. Natural de Belém, baptizou-se na freguesia de Nossa Senhora da Ajuda em 1743. O seu avô materno, feitor dos Condes de Val de Reis e de Aveiras, passou para o Serviço Real quando a Quinta de Belém foi comprada pela Coroa em 1726. IAN/TT, Habilitações da Ordem de Cristo, Mç. 57, n.º 2.

Teve uma “(...) distinta carreira da Magistratura e em diversos lugares e importantes incumbencias que fora encarregado pela sua notoria e reconhecida honra e qualidade que lhe grangearam reputação e credito de bom e zeloso servidor do Estado e dos seus Principes (...) [com] lugar de Desembargador do Agravo da Caza da Suplicação com exercício no lugar de Superintendente dos Foros de Ajuda e Belem e mais pertencas e outras diversas Incumbencias do Real Serviço.” IAN/TT, Ministério do Reino, Decretamento dos Serviços a favor dos Suplicantes, Mç. 187, n.º 16. Em 8 de Abril de 1779, foi criado para Vilar “o lugar de Superintendente dos foros e rendas das propriedades e terras pertencentes a sua real caza nos sítios de N. Sra. da Ajuda, Bellem e mais pertencas do Tombo a q. tem mandado proceder (...)S.Mag.he por bem fazer-lhe mercê de q. Possa vestir Beca p.a com ela exercitar a referida Superintendência” cf. Registo Geral de Mercês, D. Maria I, L.º 6, fl.167

Agradecemos ao Dr. Eduardo Gonçalves Rodrigues a orientação na pesquisa dos dados biográficos.

<sup>3</sup> Sobre a prata e porcelana de mesa confiscada à Casa de Aveiro, cf. Luis Bívar Guerra, *Inventário e Sequestro da Casa de Aveiro em 1759*. Edições do Arquivo do Tribunal de Contas,1952. Este assunto será desenvolvido ao longo deste capítulo. Vd. nota sobre D. José Mascarenhas de Lencastre, 8º Duque de Aveiro.

<sup>4</sup> Cf. IAN/TT, AHMF, Casa Real, L.ºs 886 (1785), 794 (1789) e 887 (1796).

Torna-se, por isso, fundamental equacionar a existência de um braço autónomo do Tesouro, no Paço de Belém, pelo menos durante os vinte cinco anos da administração de Vilar, de 1775 a 1800.

Por outro lado, se é próprio do Mantieiro ter a seu cargo no Paço “*a roupa e prata da mesa de El Rey*”, importa esclarecer que também não coube à Real Mantearia, até meados do século XIX)<sup>5</sup>, a tutela da Baixela Germain e da restante prata de grande aparato. A prata pertencente a esta repartição da Casa Real, estava ligada às bem distintas circunstâncias do “*serviço diário [das] mesas*” do Paço<sup>6</sup>. É dela responsável o Mantieiro, sob cujas ordens actuam os *Mossos da Prata*, no *Recebimento e entrega* da prata em serviço, e os *Mossos da Mantearia*, encarregues da roupa de mesa.

Nos banquetes extraordinários, em que se recorre à prata do Tesouro, esta é entregue ao Mantieiro, que responde pela sua utilização no serviço da mesa e pela sua supervisão até ao retorno ao Tesouro.

Desde o momento da recepção das distintas obras remetidas por François Thomas Germain, observa-se uma nítida distinção: “*As vinte cinco caixas de prata [...] que contem o que mandou Germain, forão entregues algumas no Paço [da Ajuda], que sam os tocadores, e a faca de matto, escrevaninha, etc que sam do pessoal uzo de Sua Magestade, e as mais caixas forão entregues no Paço de Belem ao capitam Antonio Rodrigues conforme as ordens de Sua Magestade.*”<sup>7</sup>

Assim, verificamos que o que era *do pessoal uso de Sua Magestade* seguiu para o Paço de Nossa Senhora da Ajuda<sup>8</sup>; as peças da preciosa baixela da Coroa foram sendo entesouradas no Paço de Belém, então ainda sob a responsabilidade do Capitão António Rodrigues<sup>9</sup>, a quem sucederá o seu filho, João Rodrigues Vilar.

Mas quem era esta figura intrigante, de vastas competências, gestor de registo minucioso, que perpassa os documentos e chega até nós? Centralizador e eficaz, Vilar acumulava a administração de variadíssimas repartições da Coroa, como administrador do Paço e Quinta de Belém, da *Quinta de Sima*<sup>10</sup> e da *Quinta das Ninfas*<sup>11</sup> (a Quinta de Alcântara), como responsável pela gestão das verbas da Cozinha Particular<sup>12</sup> desde 1775 e como Tesoureiro da Real Ucharia<sup>13</sup>, cargos que ocupou até à sua morte em 1800. Foi, sem dúvida um

<sup>5</sup> Ainda em 1833, verifica-se a separação entre a prata da *Baixella da Coroa*, ligada ao Tesouro, e a prata da Mantearia. Cf. IAN/TT, AHMF, Casa Real, L.º 138. Sobre este assunto vd. Capítulo século XIX

<sup>6</sup> Segundo o “*Metho do [sic] Plano que se deve praticar na Real Mantearia de Sua Magestade Fedeliçima. Ordenado pelo Mantieiro Joze Caetano Sergio de Andrade. Anno de 1795*”, fls.1-2, IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx.3759, a repartição da *Real Mantearia* tem a seu cargo a prata e roupa de mesa destinadas ao *serviço diário* das mesas no Paço. É dela responsável o Mantieiro sob cujas ordens actuam os *Mossos da Prata*, os quais respondem pelo *Recebimento e entrega* da prata em serviço, e os *Mossos da Mantearia*, encarregues da roupa de mesa.

Nos banquetes extraordinários em que se recorre a prata do Tesouro, esta é entregue ao Mantieiro, responsável pela sua utilização no serviço da mesa e pela sua supervisão, até ao momento em que é devolvida ao Tesouro. São nomeados, de entre os *Mossos da Prata*, *Reposteiros* para o serviço da mesa.

“*Mantearia é casa em que se recolhe a roupa, a prata e mais cousas concernentes ao officio de Mantieiro*”; o “*Mantieiro de El rei he aquelle que no Paço tem a seu cargo a roupa e prata da mesa de El Rey.*” in: Bluteau, D. Raphael, “*Vocabulário Portuguez e Latino (...)*”. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712. Vol. p. 301.

<sup>7</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, L.º 7600, fl. 6.

<sup>8</sup> Trata-se do novo Paço, construído em madeira após o Terramoto de 1755, designado por *Real Barraca*. Residência oficial de D. José I e mais tarde de D. Maria I, até 1794, altura em que foi destruído por um violento incêndio. A corte passou então a residir no Paço de Queluz, até à sua retirada para o Rio de Janeiro em 1808.

<sup>9</sup> O Capitão António Rodrigues era “*Feitor das Quintas de Belém e reposteiro do numero de Sua Magestade*”. IAN/TT, Habilitações da Ordem de Cristo, Mç. 57, n.º 2, s.v. “João Roiz Vilar”.

Era responsável pelas verbas da Cozinha Particular. Vd. IAN/TT, AHMF, Casa Real, *Livro do Registo dos Decretos e Ordens de Sua Magestade que vem à Ucharia Real e Tem principio no mez de Mayo de 1765 [até 1796]*, L.º 104, fls. 29 - 120v. (último pagamento em Maio de 1775, em Junho sucede-lhe Vilar).

<sup>10</sup> Quinta do Conde D’Obidos

<sup>11</sup> Sobre este assunto vd. Jordão de Freitas, “*Paço Real de Alcântara, Sua localização – Elementos para a sua história desde o domínio filipino*”, in “*Oliissipo*”, N.º 36, 1946, p. 188.

<sup>12</sup> IAN/TT, Ministério do Reino, L.º 433, fl. 180, vd. também IAN/TT, AHMF, Casa Real, L.º 104, “*Livro dos Decretos e Ordens de Sua Magestade que vem a Ucharia Real e com principio no mês de Maio de 1765 [até 1796]*, fl. 121.

<sup>13</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, L.ºs 155, 158 e 159, “*Livro que hade servir para receita e despeza do Tesoureiro da Real Ucharia Dez.*” João Roiz Vilar”.

“... grande servidor da Rainha, cujas contas em tempo algum se pederão (...), nem elle seria obrigado a presta-las das suas Administrações, tanta era a confiança que se tinha na sua honra e probidade, o que muito acredita a sua memória”<sup>14</sup>. São estes os traços expressivos de um dedicado e pouco conhecido súbdito de D. Maria I.<sup>15</sup>

Sob a sua eficiente direcção, o Paço de Belém funcionou, para nós algo inesperadamente, como centro de operações das mesas extraordinárias da Casa Real. Competia à repartição de Vilar, através de ordens expedidas pelo Mordomo Mor<sup>16</sup>, “fazer apromptar o que necessário [fosse] para a Meza”<sup>17</sup>, procedendo à sua coordenação a par do Vedor da Casa Real<sup>18</sup>, com autoridade sobre a Ucharia<sup>19</sup> e Cozinhas, e com os responsáveis de outras repartições, como o Guarda-Jóias e o Guarda-Roupa, para o necessário “ornato das casas” e o Mantieiro, pelo que pertencia ao serviço da Mesa.

Para tal, Vilar dispunha de verbas do “Bolsinho Particular”, que lhe eram entregues pessoalmente – “Despendi no aluguel da Sege em que fui ao Erário por tres vezes neste mês buscar dinheiro”<sup>20</sup> –, e que apresentava sob a rubrica “Quarto do Real Paço de Belém”. Este registo mensal é feito a partir de 1778 até 1799, na sempre regular “Folha das despesas pertencentes ao Quarto do Real Paço de Belém”<sup>21</sup>, onde pudemos detectar os custos de manutenção, limpeza e transporte da baixela, ao longo de vinte e um anos.

Aí fomos encontrar um manancial de informação que, conjugado com crónicas e outros documentos, nos permitiu evoluir, também, no conhecimento da mesa real. Veio à superfície todo o tipo de despesas relacionadas com refeições de carácter extraordinário<sup>22</sup>: grandes banquetes régios, refeições comemorativas geralmente associadas ao calendário religioso, refeições em *jornadas* ou mesmo *merendas*

Surgem os restauros e limpezas da baixela pelo ourives da Casa Real, o transporte da prata; a compra de vidros de mesa a fornecedores tais como os *Irmãos Stephens*<sup>23</sup>, a *Walter e Comp.<sup>a</sup>*; e *Gaspar Miller*<sup>24</sup>; despesas ainda com a *limpeza e preparo de[...] facas da baxella*, pagas a J.B. Charlier da Real Fábrica de Cutelaria; a aquisição de “roupa fina” de mesa,

<sup>14</sup> IAN/TT, Ministério do Reino, Decretamentos de Serviço, Mç. 187, n.º 6.

<sup>15</sup> Hoje em dia, na freguesia de Sta Maria de Belem, existe a Travessa do Desembargador, situada no local conhecido pelo nome de Terras do Desembargador. Segundo Maria do Carmo Cortez, este Desembargador, seria João Rodrigues Vilar, Vd. *Dicionário de História de Lisboa*, Carlos Quintas & Associados-Consultores, Lda, Lisboa, 1994.

<sup>16</sup> “Entre os officios titulares da Casa Real tem o primeiro lugar e lhe estão sujeitos outros officios e criados que por ordem sua são pagos de suas moradias”, in: Bluteau, *op. cit.*, s.v. “Mordomo-mor”, p. 579. Preencheram este cargo no reinado de D. Maria I: o Visconde de Vila Nova da Cerveira e o Marquês de Ponte de Lima.

<sup>17</sup> Cf. IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx. 3624, “Aviso do Mordomo-mor, Marquês de Ponte de Lima, para João Rodrigues Vilar”.

<sup>18</sup> Era então Vedor da Casa Real, Fernando Maria de Souza Coutinho Castello Branco e Menezes, 2º Marquês de Borba, 14º Conde de Redondo.

“Vedor da Casa Real he o cargo segundo em preminencias depois do Mordomo-Mor. Seu officio he o de examinar as iguarias que chegão à Mesa Real, por cuja causa se chama Vedor, voz meramente Portuguesa deduzida do verbo “Video” (...) a seu cargo está a ordem de toda a cozinha e officiais della (...) manda fazer as compras das iguarias pelo comprador da Casa. O primeiro que em Portugal ocupou este cargo foi o Conde Dom Vasco, sobrinho da irmã del Rey D. Affonso; o segundo foi o famoso Egas Moniz.” in: Bluteau, *op. cit.*, s.v. “Vedor”, p. 378.

Na escrita de Vilar são regulares os pagamentos a “Mossos que foram com os avizos e cartas ao Conde Redondo (...)”, cf. IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx. 3610.

<sup>19</sup> “Ucharia (de Ucha) - Casa onde se guardam viandas, ou dispensa” in: António de Moraes, *Grande Dicionário de Língua Portuguesa*, Editorial Confluência, Lisboa 1949-59, 10 vols (10ª ed), p.790

<sup>20</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real Cx 3614.

<sup>21</sup> A rubrica específica, “Folha das despesas pertencentes ao Quarto do Real Paço de Belém”, é mensal, regular desde 1778 até 1799, cf. IAN/TT, AHMF, Casa Real, Bolsinho Particular, Documentos de Despesa Geral, Cxs. 3593 - 3629. De 1775 a 1778 Vilar faz registos sobre despesas de idêntica natureza na contabilidade da *despesa particular* da Quinta de Belém, que mais tarde aparecem separadas na referida rubrica. Cf. IAN/TT, AHMF, Casa Real, Bolsinho Particular, Documentos de Despesa Geral, Cxs. 3590 a 3592.

<sup>22</sup> Não encontramos, através desta rubrica, a referência a refeições extraordinárias no Paço da Ajuda.

<sup>23</sup> Guilherme e Gaspar Stephens, de origem inglesa, estavam desde 1769 à frente da Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande, por Alvará régio e influência do Marquês de Pombal. Sobre este assunto *vd. O Vidro em Portugal*, Lisboa, Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, 1989, pp. 42 e 45; Jorge Custódio, *A Real Fábrica de Vidros e o Vidro em Portugal nos séculos XVII e XVIII. Aspectos históricos, tecnológicos, artísticos e arqueológicos*. Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002, pp. 263, 286 e 293.

<sup>24</sup> Gaspar Miller, de origem alemã era mestre do cristal, foi para a Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande a partir de 1769. *Vd. Jorge Custódio, op. cit.*, p. 243, e também *O Vidro em Portugal, op. cit.*, p. 47.

porcelana, cobres, folha de Flandres, formas para o *gelo*, entre muitas outras necessárias à mesa, cozinha e copa. Do mesmo modo aqui são registados provimentos ligados à *cozinha particular*<sup>25</sup>, e a refeições extraordinárias da Casa Real: vinhos nacionais e estrangeiros<sup>26</sup>, chocolate, café, *chá fino*, fruta, presuntos<sup>27</sup>, queijos, açúcares, doces comprados nos Conventos de Odivelas, do Crucifixo,... “*Despeza do que se fez nas Freyras com a marmelada e jaleya*”<sup>28</sup>, pagamento aos “*tres Homens [que] forão buscar os taboleiros a cabeça*”<sup>29</sup> O *Mestre de Cozinha*, Domingos de Abreu, e os *Conserveiros*, José Henriques e José António Torres, percorrem a sua escrita, com recibos de refeições e doces. A *Real Conservaria*, provida através da mesma rubrica, fornecia a Família Real nas suas *Jornadas*, jantares comemorativos nos Paços de Queluz, Caxias e Bemposta<sup>30</sup>, tal como nos de Salvaterra e Sintra, entre outros. De salientar, por último, o pagamento a “*Copeiros de fora*”<sup>31</sup>, a cujos serviços se recorria para as decorações das mesas em banquetes de maior aparato da Casa Real. As suas *despesas para o Dessert*, introduzem-nos no mundo das decorações efémeras que, também na corte portuguesa, constituíam uma arte inseparável da encenação das grandes mesas<sup>32</sup>.

Muitos outros registos da mesma rubrica reportam-nos ainda à vida do Paço e da Quinta de Belém, um lugar cheio de exotismo, frequentado regularmente pela família real. Literalmente intercaladas com as despesas ligadas à escrita da Mesa, ficaram registadas as despesas com pássaros exóticos, gazelas, macacos, onças, zebras, um elefante, os quais eram expostos à curiosidade de privilegiados visitantes, no chamado “*Pateo dos Bixos*”, respondendo à atracção pelo exótico que perpassa a sensibilidade da época. Assim, também tratava Vilar do transporte “*(...) de huma capoeira com huma Onça*”<sup>33</sup>; “*(...) de uma Coleira p.ª a Corsa (...)*”<sup>34</sup>; “*(...) do pão que se comprou p.ª as pescas e P.ª os peixes dos tanques nos dois dias que SS. Mag.ªs vieram a Quinta de Bellem*”.

Acrescenta-se ainda os gastos com a alimentação e estudos dos anões da Rainha, cuja presença marcava também o espaço da soberana: “*Despendi com hum rol do Alfayate de huma vestia e dois pares de calçons que fez para o Preto Anão*”, como consta no recibo n.º 9<sup>35</sup>. É grande o contraste com o recibo imediato, que regista o pagamento devido ao ourives da Casa Real pela “*Conta da importancia da Prata, da Bachela que veio de França que se alimpou, e pôs como nova(...)*”!

A pitoresca coexistência observada nas despesas de Vilar, pode ser transportada para os sucessivos passos da visita do Embaixador de Marrocos a Belém, em Novembro de 1777. Depois de ter admirado, a baixela de François Thomas Germain, na Casa do Paço, e na companhia de João Rodrigues Vilar, é orientado pelo mesmo na visita à Quinta “*(...) que tambem lhe agradou muito e chegando ao Elefante se demorou infinito a ve-lo (...)*

<sup>25</sup> A mesa das “*Reaes Pessoas*” é principalmente servida pela Cozinha Particular, cf. IAN/TT, AHMF, Casa Real, L.º 104, *Livro dos Registos dos Decretos e ordens de sua Magestade*, fl.14. Aqui se registam as verbas entregues pelo Vedor à Vilar para o provimento da Cozinha Particular. A título de exemplo: “*Sua Magestade he servida, que Vexª do dinheiro pertencente a despesas das Reaes Cozinhas, mande pagar a João Rodrigues Villar (...) a despeza que se fez (...) com a cozinha Particular do mesmo Senhor [D. José I] (...)*”.

<sup>26</sup> Os vinhos importados são armazenados no Paço de Belém, desde o tempo do Capitão António Rodrigues cf. “*Despendi com fretes de trez embarcações que por tres vezes trocerão caxões de vinho e prata (...)*”, Agosto 1764; “*Despendi com 4 caxas de vinhos que vieram [de França] por via do Exmo Sr. D. Luiz da Cunha (...)*”, Novembro 1776, IAN/TT, Casa Real, Cx. 3630.

<sup>27</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx. 3610. Na Quinta de Belém existiam “*armazéns de prezuntos*”, conservando-se aí também pipas de azeite da Real Ucharia nos “*tanques do armazém da Quinta de Belem*”.

<sup>28</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx. 3599.

<sup>29</sup> idem

<sup>30</sup> Confrontamos o referido núcleo do *Bolsinho Particular* com documentação da Casa do Infantado, cf. IAN/TT, AHMF, Casa do Infantado, Documentos de Despesa Geral (para os anos de 1763 a 1795), Cxs. 3509 a 3513.

A partir do incêndio da Real Barraca (1794), instalando-se a corte em Queluz, esta Conservaria fornece “*o doce [...] para os Quartos de S. Mag. E Altezas e Meza do Mordomo-Mor*”. IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx.3623, Abril de 1796.

<sup>31</sup> Copeiros que não faziam parte da Casa Real. Vd. capítulo *dessert*.

<sup>32</sup> Vd. capítulo *dessert*.

<sup>33</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx. 3596.

<sup>34</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx. 3594.

<sup>35</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx.3596, Cf. recibos nº 9 e nº 10

*Não[restando] tempo p.<sup>a</sup> ver as Zebras, [as quais] ficaram para ocupar outra tarde.”<sup>36</sup> Nesse mês, Vilar aponta “Despendi no vinho p.<sup>a</sup> o Elefante, no dia em que veyo a quinta, o Embaixador de Marrocos”<sup>37</sup>*



Fig. 1 Serpentina de 5 lumes PNA inv. 5322

## **2. Serviu e apareceu em público na Aclamação de D. Maria I. Paço de Lisboa, Maio de 1777.**

Se a baixela Germain fora destinada, como sabemos, à reconstrução do esplendor da Mesa Real no reinado de D. José I, tudo leva a crer que a sua inauguração pública tenha tido lugar apenas no banquete da Aclamação da sua filha, D. Maria I, em Maio de 1777. Este facto tem sido ponto assente, embora suscite algumas interrogações<sup>38</sup>. Também nós o estranhámos, considerando em primeiro lugar, que este serviço se encontrava na corte desde 1765, (muito embora sem o essencial da *Quarta Coberta*). De considerar ainda, o grande interesse que o seu nível artístico certamente suscitaria e a situação deficitária em prata decorrente do Terramoto<sup>39</sup> “*que reduziu a cinzas todo o tesouro, e tapeçarias da Casa real, sem ficar couza alguma*” como afirma o Guarda-Jóias António Pinto da Silva. Dever-se-á colocar a hipótese de algumas peças poderem ter sido usadas isoladamente antes do Banquete da Aclamação? O estudo do núcleo documental que temos vindo a referir, no período que medeia o post-Terramoto e o ano de 1778<sup>40</sup> (início da rubrica específica do “*Quarto do Real Paço de Belém*”),

<sup>36</sup> IAN/TT, AHMF, Cx. 7092, Cf. Carta de J. A. Pinto da Silva para Martinho de Mello e Castro. Nesse mês, Vilar aponta “Despendi no vinho p.<sup>a</sup> o Elefante, no dia em que veyo a quinta, o Embaixador de Marrocos”, IAN/TT, AHMF, Cx. 3591, Novembro de 1777.

<sup>37</sup> IAN/TT, AHMF, Cx. 3591, Novembro de 1777.

<sup>38</sup> Esta questão é levantada por Ana Marques Pereira, *A Mesa Real Dinastia de Bragança*, Lisboa, Edições Inapa, 2000, p. 63.

<sup>39</sup> Cf. IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx. 3584, nas despesas do Guarda-jóias Estevão Pinto de Moraes, no ano de 1756, encontramos “*hum rol do desentulho do tesouro do Paço de Lisboa*”; IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx. 3585, “*prata q. se tirou no dezentulho do tizouro e depois foi fundida*”.

<sup>40</sup> Cf. IAN/TT, AHMF, Casa Real, Bolsinho Particular, Documentos de Despesa Geral, Cx. 3584 (1756 a 1762) a Cx. 3592 (1777).



cotejado com a documentação dos sucessivos Guarda-Jóias<sup>41</sup>, não o sugerem. Impõe-se, no entanto, percorrer os dados de que dispomos relativos aos anos que antecederam o Banquete da Aclamação.

Na obra de Caldeira Pires<sup>42</sup> (1926) sobre o Paço de Queluz, o autor afirma que, em 1767, para as festas de Junho, nos dias de S. João e de S. Pedro<sup>43</sup>, pretexto nesse Paço para grandes festejos e divertimentos, teria seguido “prata rica” da “Casa da prata” do Paço da Ajuda<sup>44</sup>, transportada em caixas de ferro por nove carros de bois, do Infantado, e acompanhada por força de cavalaria<sup>45</sup>. O autor não indica a fonte. Foi sugerido, recentemente, poder ver-se neste conjunto de “prata rica” a Baixela Germain e, assim, estarmos perante um dos tão procurados sinais de utilização deste serviço no reinado de D. José I<sup>46</sup>. A ausência da fonte não nos permite averiguar este episódio<sup>47</sup>, que, devemos lembrar, está ligado à Casa do Infantado. Não parece também conciliar-se com a lógica da tutela da Baixela, e sobretudo com o carácter solene e oficial das ocasiões em que verificámos a sua presença. Se, com regularidade, detectamos na documentação de Vilar despesas relativas a festas em Queluz, ligadas à Cozinha Particular, nunca estas referem qualquer envio de prata para esse Paço.

Não encontrámos, com efeito, até 1775, qualquer sinal de movimentação da prata de aparato da Coroa, que havia sido guardada em Belém. É então que Vilar efectua um pagamento ao ourives da Casa Real, António Rodrigues Leão<sup>48</sup>: “*Em 24 de Maio 1775 me mandou fazer o Sr. João Rodrigues Vilar de ordem que me disse Ter do Sr. Marques de Pombal as pessas seguintes (...) concertei e endireitei e alimpei vinte e coatro castisais de menza lavrados mais dois com serpentinas e huma caldeira com a sua trenpe [sic] hum bule dois jarros de boca aberta coatro pratos com suas tizoiras p. espevitar mais a prata de tres faqueiros e deles pesas cobradas[quebradas] q. tudo se consertou [...]. Recebi do Sr. João Rodrigues Vilar, Belem 16 de Junho 1775.*”<sup>49</sup>

É possível relacionar esta ordem, expedida pelo Marquês de Pombal, com os preparativos das faustosas festas organizadas nesse ano pelo Senado da Câmara, ao qual presidia, por ocasião da inauguração da estátua equestre de D. José I. Aí esteve presente a família real acompanhando as celebrações nos dias 6, 7 e 8 de Julho, a partir do Torreão [que

<sup>41</sup> Para os sucessivos Guarda-jóias – Pedro António Virgolino, Estevão Pinto de Moraes Sarmento e João António Pinto da Silva – cf. “*Documentos de despesa do Tesoureiro*” (de 1755 a 1777), IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cxs. 3094 a 3096, 3662 e 7092; ainda o “*Diário de receita e despesa Particulares*” (para os anos de 1755 a 1786), L.ºs 502 a 509.

<sup>42</sup> António Caldeira Pires, *História do Palácio de Queluz*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925-26, vols. I - II.

<sup>43</sup> Ligadas ao calendário religioso, estas festas celebravam igualmente o onomástico de D. Pedro. Revestiam-se de grande brilho e requinte, e tinham uma acentuada faceta lúdica. Sobre as festas de Queluz, veja-se Simoneta Luz Afonso, “Tables et fêtes de la cour de Portugal”, in “*Versailles et les tables royales en Europe*”, op.cit, p.160

<sup>44</sup> A designação de “*Casa da Prata*” não consta da Planta da Real Barraca da Ajuda (c.1768), reproduzida e descrita por Ayres de Carvalho in: *Catálogo da Coleção de desenhos da Biblioteca Nacional de Lisboa*. Lisboa, BNL, 1977, pp. 631-fig.28. Apenas um documento, de Junho de 1778, refere a “*Casa da Prata*” no Paço da Ajuda. Pensamos que pode referir-se à Mantearia, cf. IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx. 3109. É ainda importante frisar que a designação “*prata rica*” não diz respeito necessariamente à prata de mesa. Pode igualmente designar toucadores, ou mesmo ourivesaria religiosa.

<sup>45</sup> António Caldeira Pires, *op. cit.*, vol. II, p. 139 (não indica a respectiva fonte). De salientar que, quando detectamos a Baixela Germain nos livros de transporte das *jornadas*, verifica-se que nunca são registados menos de 25 carros de cordas.

<sup>46</sup> *Vd.* Ana Marques Pereira, *op. cit.*, p. 63 e Maria Inês Ferro, *O Pavilhão Robillion do Palácio Nacional de Queluz. História. Arte, Conservação e Restauro 1758-1940*, Dissertação de Mestrado em Arte Património e Restauro apresentada à Faculdade de Letras, Lisboa, 2000, pp. 130-131, nota 27, (exemplar policopiado, consultável na Biblioteca do IPPAR).

<sup>47</sup> Apenas pudemos verificar que Caldeira Pires conjuga a informação do transporte da prata, sem mencionar a fonte, com a notícia da festa de Queluz no dia de 24 de Junho de 1767, relatada por Frei Cláudio da Conceição, in: *Gabinete Histórico*, Tomo XVI, Cap. XXVI, Lisboa Imprensa Régia ano de 1831, p. 240, onde se relata que nesse dia foi servida uma “*Esplêndida cêa*” e que “*as mesas de suas Magestades e Família real (...) servidas separadamente segundo a etiqueta*”.

<sup>48</sup> António Rodrigues Leão era ourives da Casa Real desde 1755, “*(...) obrigado a consertar toda a prata q.º pela ordem do Mordomo Mor lhe for mandado*”, 20 de Agosto de 1755, IAN/TT, Registo Geral das Mercês – D. José I, fl. 337. Responsável pelos concertos e limpeza nas principais baixelas e pela realização de encomendas de *prata nova* para a Casa Real, de que destacamos as de 1785, para as cerimónias das *Passagens* e para o enxoval da Infanta D. Mariana Victória, Cf. IAN/TT, AHMF, Casa Real, L.º 508, fl. 10.

<sup>49</sup> IAN/TT, Casa Real, Cx. 3589, Agosto 1775, “*Folha dos trabalhadores que trabalharão nas ruas da Quinta de Baixo e no Jardim Grande*”

limita a praça] onde “houve huma merenda a qual contou de hum magnifico e vistozo Dezer [conjunto decorativo da mesa] diferente em cada hum dos trez dias”. Salientamos ainda que, “Na noute do dia 7 houve hum Ambigu<sup>50</sup> em huma meza de Ferradura na Caza do Sello da Alfandega p<sup>a</sup> a Corte q. Assistiu à serenata e baile que se seguiu [...] A dita meza foy guarneçada pelo meyo de hum magnifico Dezer”<sup>51</sup>.

O aparato que envolveu este acontecimento não nos prova, contudo, que tenham servido peças da Baixela. Constatamos, sim, a utilização de elementos da designada *prata avulsa*, integrada no conjunto guardado no Paço de Belém, identificados no referido recibo. Serão os mesmos que, entre outros, constarão, um ano mais tarde, na relação da prata entregue no dia 21 de Abril por João Rodrigues Vilar no Paço das Necessidades. Preparava-se, por ordem do Marquês de Pombal, e sob a coordenação de João Pinto da Silva, então Guarda-Roupa, a importante *Hospedagem* do Duque de Chartres.<sup>52</sup>

Esta lista adianta alguma informação sobre as peças. Permite-nos saber que os 24 castiçais, tinham “diversas qualidades e feitios”, excluindo, assim, a hipótese de corresponderem a parte dos 36 castiçais (“Du N.º 73”) da Baixela Germain. Quanto aos três faqueiros, esclarece o documento que dois se compunham de 12 e o terceiro de 18 talheres; os estojos remetidos por François Thomas Germain apresentavam 24 talheres cada um<sup>53</sup>, pelo que nos parece também de excluir a presença de talheres da Baixela nesta *Hospedagem*.

Era, sem dúvida, crucial que as Mesas servidas ao Duque de Chartres pela corte portuguesa demonstrassem o requinte e a magnanimidade régia<sup>54</sup>. Isso fica bem expresso na escolha do grande mestre copeiro Brás Troiano<sup>55</sup>, que já se distinguira nas celebrações de 1775, para a composição do ornato da Mesa. Seria oportuna, senão mesmo necessária, a utilização de peças de uma Baixela de representação. Porque razão terá sido dispensada a obra de Germain? Provavelmente por ser a “primeira baixela”, reservada a banquetes solenes com a presença da família real. Mas, também pelo facto de a Coroa dispor de uma “segunda baixela que foi do Duque de Aveiro”<sup>56</sup>.

Com efeito, em 1759, três anos passados sobre a encomenda a François Thomas Germain, a Coroa integrara para seu serviço, excelente prata e porcelana de mesa, decorrente do sequestro sobre os bens de D. José de Mascaranhas e Lencastre (1708-1759), 8.º Duque de Aveiro<sup>57</sup>. Os Autos de Inventário e Sequestro, então feitos, são bem claros quanto às obras

<sup>50</sup> O *ambigu*, era uma opção de *Coberta* que englobava pratos salgados e doces, pratos frios e quentes, usada para refeições como merendas, ou ceias. Vd, Ana Marques Pereira, *op. cit.* p.170, nota 281

<sup>51</sup> BNL, Icon, L.J. Teixeira Carvalho, *Mapa dos gastos que se fez na função que o Senado da Câmara de Lisboa, por ocasião da inauguração da Estátua Equestre em 1775*

<sup>52</sup> Louis Philippe Joseph Egalité (?- 1793) Duque de Chartres, neto de Philippe II d’Orleans, Duque de Chartres. Esta *Hospedagem* decorreu no Paço das Necessidades, entre os meses de Abril a Julho de 1776. Sobre este assunto cf. IAN/TT, Casa Real, L.º 146 e Cx. 3759, “Relação Geral de toda a prata ...” publicada por Cunha Saraiva, *op. cit.*, pp. 90-93. Vd. ainda Ana Marques Pereira, *op. cit.*, p. 63.

Sobre o protocolo que se seguia nas *Hospedagens*, vd. “Do livro V de Entradas, Hospedagens e despedidas dos príncipes, de nuncios, de embaixadores, e de ministros públicos desde o ano 1713 em diante”, Cf. IAN/TT, MNE, Livº149.

<sup>53</sup> IAN/TT, MNE, Cx. 927, “Compte de M. L. Baumont [sic]...”, doc. cit.

<sup>54</sup> Lembramos a propósito da importante *Hospedagem* do Conde de Bacchi, em Junho de 1755, é referida, uma “*vachela de prata*” guardada no Tesouro para servir em “*semelhantes funções*”. Cf. “*Relaçam da Entrada q. fez o embaixador Bachi*”, IAN/TT, Col. “Uliissiponense”, Est. I, n.º 222, p. 2.

<sup>55</sup> Brás Troiano esteve ligado às sumptuosas cerimónias da inauguração da estátua equestre de D. José I, em Junho de 1775, na Sala do Selo da Alfândega de Lisboa, cf. *Mapa dos gastos...*, doc. cit. ;IAN/TT, AHMF, Casa Real, L.º 146.

<sup>56</sup> A designação “*Segunda Baixella que foi do Duque de Aveiro*” é retirada do Inventário da Casa Real, “*Prata, Loiça, Seda, Pano, Roupa branca, Vidros, e Trastes que estavam no Paço da Quinta de Belem, e foram para o Palácio das Necessidades*”, Cf. IAN/TT, AHMF, Casa Real, L.º 3060. Publicado no *Boletim da Academia Nacional de Belas Artes*, “Documentos relativos a ourivesaria francesa encomendada para Portugal”, Vol I, Lisboa, 1935, p.111 a117

<sup>57</sup> D. José de Mascaranhas e Lencastre (1708-1759), 8º Duque de Aveiro, 5º Marquês de Gouveia, 8º Conde de Sta. Cruz. Mordomo-Mor, Gentil-homem da Câmara de D. José I, nomeado Presidente da Mesa do Desembargo do Paço em Junho de 1755. Cf. IAN/TT, Mercês D. José I, L.º 1º, fl. 158.

Em 1758 foi acusado de envolvimento na tentativa de regicídio. A sentença condenatória (Alvará de 17 de Janeiro de 1759) extinguiu o Ducado de Aveiro e títulos, e confiscou todos os seus bens. Parte destes viria a ser arrematada para o serviço da Casa Real. Cf. *Mapa do que se deve ao sequestro ....* in: Luis Bívar Guerra, *op. cit.*, pp. 229-236. Estes bens foram, no reinado de D. João

arrematadas para a Casa Real<sup>58</sup>. Por ordem do marquês de Pombal, António Rodrigues Leão<sup>59</sup>, ourives da Casa Real desde 1755, procedera à selecção das “*peças que S. Magestade foi mandado receber*”, formando para a Coroa aquela que passaria a ser designada como “*Segunda Baixela*”.

O critério que presidiu a esta selecção teria em conta a encomenda feita a Germain? Terá sido considerada a sua conjugação?

Reflectindo o *serviço à francesa*, a mesa daquele que ocupava o supremo ofício titular de Mordomo-Mor da Casa Real<sup>60</sup>, era extremamente requintada e tinha, pelo menos, uma importante peça da oficina Germain, o imponente *Surtout* que ainda hoje se destaca entre as colecções de ourivesaria do Museu Nacional de Arte Antiga<sup>61</sup>. O lugar privilegiado que veio a ocupar na Mesa Real, levou inclusivamente à sua assimilação ao conjunto da Baixela Germain, perdendo-se durante largos anos a noção da sua proveniência diferente. Equívoco que apenas será esclarecido em 1951, no estudo de Cordeiro de Sousa<sup>62</sup>.

Certo é que a Mesa Real de aparato passou, então, a contar com esta e outras notáveis obras, em prata e prata dourada, como os oito pares de figuras “*representando 8 nações*” de Ambroise-Nicolas Cousinet<sup>63</sup>, que se expõem no mesmo museu em Lisboa, doze castiçais com serpentinhas de cinco lumes de Guillaume-Alexis Jacob e Simon Levêque, divididos entre duas colecções nacionais (MNAA e PNA)<sup>64</sup>, assim como outras obras hoje desaparecidas ou não identificadas. Neste caso incluem-se, dois importantes *Surtouts* de menor dimensão, dezasseis terrinas e olhas, doze castiçais, uma peça decorativa representando uma laranjeira, um tabuleiro com asas lavradas, doze serpentinhas de quatro lumes, mas também pratos dourados para *Dessert* e nove salvas de prata lavrada de “*bastiões*”<sup>65</sup>. De salientar, os não menos importantes, conjuntos de *porcelana de Saxe*, que incluíam serviços de mesa e de onde destacamos um “*sortum grande*”, de bronze dourado e porcelana, encimado por um “*Açafate*” (cesto), o qual integrava-se num dossel guarnecido de flores, e dois outros centros mais

---

VI, reivindicados por D. Caetano de Lancastre, Conde das Alcáçovas. A definitiva extinção da Casa de Aveiro foi reafirmada pelo Despacho Régio de 1 de Agosto de 1818, sendo igualmente criticadas as pretensões de D. Caetano. *Vd.* Domingos de Araújo Affonso e Rui Travassos Valvez, *Livro de ouro da Nobreza*, Braga, Ed. J. A. Telles da Silva, sd pp. 915-916. *Vd.* tb. Nuno Gonçalves Freitas Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes* (1750-1832), Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1998, pp. 247-248.

<sup>58</sup> Luis Bivar Guerra, *op. cit.*, *Mapa do que se deve ao sequestro ...*, pp. 229-236.

<sup>59</sup> António Rodrigues Leão era ourives da Casa Real desde 1755, “*(...) obrigado a consertar toda a prata q.<sup>da</sup> pela ordem do Mordomo Mor lhe for mandado*”, 20 de Agosto de 1755, IAN/TT, Registo Geral das Mercês – D. José I, fl. 337. Responsável pelos consertos e limpeza nas principais baixelas e pela realização de encomendas de *prata nova* para a Casa Real, de que destacamos as de 1785, para as cerimónias das *Passagens* e para o enxoval da Infanta D. Mariana Victória, *Cf.* IAN/TT, AHMF, Casa Real, L.º 508, fl. 10.

<sup>60</sup> *Vd.* nota correspondente a este ofício.

<sup>61</sup> Mencionado no *Inventário e Sequestro da Casa de Aveiro* com o n.º 94, faz hoje parte das colecções do Museu Nacional de Arte Antiga (inv.º 1827). Sobre esta peça *vd.* Leonor d’Orey, *A Baixela da Coroa Portuguesa*, Ed. Inapa, Lisboa, 1991, pp. 70-81; *Idem*, “*Le service en argent et vermeil de D. José I Roi du Portugal*”, in: *Versailles et les Tables Royales en Europe. XVII<sup>ème</sup>-XIX<sup>ème</sup> siècles*, Réunion des musées nationaux, 3 de Novembro de 1993-27 de Fevereiro de 1994, pp. 304-305. Sobre os moldes deste *surtout* designado “*Surtout Bernard*” *vd.* Christiane Perrin, “*François Thomas Germain orfèvre des rois*”, Editions d’Art Monelle Hayot, Saint-Remy-en l’Eau, 1993, pp. 56 e 107. Segundo esta autora, a peça terá sido adquirida pelo Duque de Aveiro, no final do ano de 1757.

<sup>62</sup> Cordeiro de Sousa, “*Notícia da proveniência da mais volumosa peça da Baixela Germain*”, *Sep. da Olissipo*, n.º 56, Lisboa, 1951. Fundamenta as suas conclusões na confrontação do *Inventário e Sequestro da Casa de Aveiro* com o *Inventário da Casa Real*, publicado em 1935 no BANBA, Vol I, p.11.

<sup>63</sup> Mencionadas no *Inventário e Sequestro da Casa de Aveiro* com o n.º 325, hoje pertencentes às colecções do MNAA (inv.ºs. 1811-1824). Sobre estas peças *cf.* Leonor d’Orey, *A Baixela da Coroa Portuguesa*, *op. cit.*, pp. 58-67 e *Idem*, “*Le service en argent et vermeil ...*”, *op. cit.*, pp. 309-310.

<sup>64</sup> *Vd.* Tabela da composição da Baixela, *vd.* também, *Catálogo da Exposição de Obras de arte Francesas Existentes em Portugal. ourivesaria do século XVIII*, Lisboa, MNAA, Junho de 1934, pp. 44-45 e 79; Leonor d’Orey, *A Baixela da Coroa Portuguesa*, *op. cit.*, p. 84.

<sup>65</sup> Para a descrição destas salvas, *Cf.* Luis Bivar Guerra, *op. cit.*, pp. 206-207. Estas peças aparecem integradas no conjunto de prata guardada no Paço de Belém sob a designação “*Prata Avulça*”, *Cf.* IAN/TT, AHMF, Casa Real, L.º 3060, publicado no BANBA, Lisboa, 1934, p. 114. As salvas ditas de “*bastiões*” são profusamente trabalhadas, também designadas como “*salvas historiadas*”. *Vd.* Maria do Carmo Rebello de Andrade, *A Ourivesaria de Aparato e as Artes da Imprensa ao tempo do rei D. Manuel I. Uma abordagem*, Separata das Actas do I Colóquio Português de Ourivesaria, Círculo Dr. José de Figueiredo.



pequenos com semelhante ornamentação. Grande requinte apresentariam ainda os “*tabuleiros para a mesa de Dessert com suas pertenças*”<sup>66</sup>.

Reconhecemos estas obras entre os principais conjuntos de prata e loiça de mesa da Casa Real, guardados sob a responsabilidade de Vilar, no Paço de Belém, inventariados sob as designações de “*Segunda baixela que foi do Duque de Aveiro*”, “*Prata avulça*” e “*Loiça da saxonia*”<sup>67</sup>. Não foi, por enquanto, traçada a história de muitas destas peças, desaparecidas na sua maioria<sup>68</sup>. O lugar que ocuparam no âmbito da Mesa Real portuguesa poderá, de alguma forma, evidenciar-se no decorrer do presente estudo.

A *Hospedagem* do Duque de Chartres foi, sem dúvida, uma ocasião em que serviram. Entregues directamente pelo ourives da Casa Real, no “*Carreto da Pratta q. Veyo do Leão (António Rodrigues) por 9 homens*”, foram recebidos no Paço das Necessidades um *Sertum*, seis terrinas e doze serpentinas de quatro lumes.

Confrontámos as suas descrições com aquelas dos Autos do Sequestro e com a relação da “*segunda Baixela que foi do Duque de Aveiro*”. O *Sertum* (*Surtout*), cujo tema decorativo não é referido, apresentava uma estrutura centrada numa terrina sobre elevada, suportada por seis braços de luminária, tipologia que, em traços gerais, poderia remeter-nos para o mais conhecido *Surtout* do Duque de Aveiro (MNAA, inv.º 1827). Pensamos, no entanto, tratar-se de um dos outros *Surtouts* de prata acima mencionados, descrito no N.º 95 do Inventário do Sequestro. Esta peça integrava acessórios utilitários, elementos que também são descritos no documento da *Hospedagem*: “*4 galhetas de vidro, e das ditas quatro tampas de prata, e quatro flores com suas tarraxas e dous açucareiros grandes com as tampas transfuradas*”<sup>69</sup>. O seu carácter funcional, que o remete para uma tipologia primitiva, distingue-o do grande *Surtout* cuja descrição, no N.º 94 do mesmo Inventário, não refere qualquer acessório (à excepção dos braços de luz), sendo mesmo frisado o carácter eminentemente decorativo: “*obra mais mimosa flamante sem uso algum*”<sup>70</sup>. Tal epíteto não recebe o centro de mesa seleccionado para a *Hospedagem*, o qual, não obstante, seria uma obra de relevo, eventualmente proveniente da famosa oficina Germain. Leonor d’Orey<sup>71</sup> encontra grandes semelhanças entre este *Surtout*, dominado pela figura da deusa Ceres e sustentado por duas serpentes ou dragões entrelaçados, e um outro com o mesmo tema hoje desaparecido, da autoria de Thomas Germain<sup>72</sup>.

Impõe-se evocar aqui o “Carro de Ceres” descrito na *Iconologia* de Cesare Ripa, cujos elementos se encontram na descrição da obra focada: “*Figura de mulher que vai sobre um carro puxado por ferocíssimas serpentes, coroada por uma grinalda feita de espigas de trigo. Leva à direita um ramo de papoilas e à esquerda uma tocha acesa*”<sup>73</sup>. As serpentes simbolizam os retorcidos sulcos traçados pelos bois enquanto aram a terra, como corresponde a Ceres. A coroa de espigas significa que Ceres favorece a plenitude da terra mediante as colheitas, e a sua fertilidade é representada pelas papoilas. A tocha ardendo simboliza o Verão, que amadurece o trigo.

<sup>66</sup> Sobre o conjunto de peças de prata e porcelana seleccionado para a Casa Real cf. “*Mapa do que se deve ao Sequestro ...*”, in: Luis Bívar Guerra, *Inventário e Sequestro...*, op. cit., pp. 229-236.

<sup>67</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, L.º 3060. Publicado no BANBA, Vol I, Lisboa, 1935, pp. 113-115, “*Prata, Loiça, Seda, Pano, Roupas Branca, Vidros, e Trastes que estavam no Paço da Quinta de Belem, e foram para o Palácio das Necessidades*”.

<sup>68</sup> Vd. no capítulo V, a presença de peças do Duque de Aveiro no Brasil.

<sup>69</sup> “*Relação Geral de toda a prata ...*”, doc. cit.

<sup>70</sup> Luis Bívar Guerra, *Inventário e Sequestro...*, op. cit., p.

<sup>71</sup> Leonor d’Orey, “*Dispersed Objects from the Portuguese Royal and Princely Silver Services Composing a Puzzle*” in: Mesas Reais Europeias. Encomendas e Ofertas, Actas do Simpósio Internacional - Mesas Reais Europeias [Museu Nacional de Arte Antiga – Dezembro, 1996], Lisboa, Instituto Português de Museus, 1999, nota 24, p. 155.

<sup>72</sup> Veja-se Christiane Perrin, Op. cit, p.56. Com base no estudo dos moldes inventariados em 1765 da oficina Germain, identifica como obra deste ourives, três *Surtouts*: o “*Surtout Ceres*”, o “*Surtout Bernard*”, que associa, com grande probabilidade, ao grande *Surtout* do Duque de Aveiro, e o “*Surtout têtes béliers*”. Estas obras de Thomas Germain seguiam uma tipologia que se desenvolvia em torno de um vaso ou corbelha central.

<sup>73</sup> Cesare Ripa, *Iconologia*, vol.I, Akal, Espanha, sd, p. 178.

É curioso que tenha sido este, e não o grande *Surtout*, o escolhido para a mesa do Duque de Chartres. Terá resultado dos mesmos critérios que determinaram a ausência da Baixela Germain?

Os “*Doze castiças com doze serpentinhas de quatro Lumes cada huma, tudo lavrado*”<sup>74</sup>, que serviram no Paço das Necessidades, remetem-nos, de novo, para a prata do Duque de Aveiro. É conhecido o documento onde se refere que este adquiriu, em 1757, importantes peças de ourivesaria de mesa, em Paris: “*16 figuras de prata (...) representando 8 nações, 6 pares de candelabros de 4 lumens e 6 pares de serpentinhas de 5 lumens*”<sup>75</sup>. Um conjunto de 12 serpentinhas de *sinco lumens*, ficou registado nos N.º 123 e 124 do referido Inventário do Sequestro. Seguem-se, com o N.º 125, “*mais doze Serpentinhas de prata de coatro lumens cada huma, pouco deferentes no feitio das ditas assim*”. Luis Keil, em 1934<sup>76</sup>, evidenciou a forte probabilidade de os (11) castiçais com serpentinhas de cinco lumens, presentes nas coleções nacionais, não provirem, como então se supunha, da encomenda régia mas sim dos bens do Duque de Aveiro. Tinha como fundamento a análise do citado documento de 1757 e das próprias peças, cujos autores identificou. Luis Keil não dispunha ainda do Inventário do Sequestro, publicado em 1952, onde esses se podem de facto reconhecer. Incorporados nos bens da Casa Real, vamos encontrá-los na lista da “*segunda Baixela que foi do Duque de Aveiro*”<sup>77</sup>. Se esta fonte reforça a tese de Luis Keil, tudo parece indicar a mesma proveniência para as doze serpentinhas de quatro lumens, também elas conservadas em coleções nacionais e que têm permanecido associadas ao conjunto da Baixela Germain<sup>78</sup>.

Estas últimas serpentinhas estão aplicadas em doze castiçais «*Du N.º 73*» pertencentes, de facto, a este serviço. Apresentam, também, marcas do mesmo ourives, datadas de 1756-1758. Contudo, em nenhuma delas foram gravados as armas reais ou o número de série, presentes em todos os componentes dos castiçais e candelabros da Baixela Germain<sup>79</sup>. A análise dos registos de envio e recepção da Baixela, do banqueiro Louis Beaumont e de F. T. Germain, torna claro, pela descrição e peso apontado, que os trinta e seis castiçais «*Du N.º 73*» foram remetidos sem serpentinhas. A documentação dos Guarda-jóias não refere uma encomenda posterior.

É de crer, portanto, que não só os castiçais com serpentinhas de cinco lumens pertencessem aos bens do Duque de Aveiro mas, também, as serpentinhas de quatro lumens, pelo que não integrariam o serviço de mesa encomendado por D. José a François Thomas Germain. Propomo-nos, por isso, acrescentar estas peças àquelas que já se conhecem da Mesa do Duque de Aveiro, que apresentava, afinal, mais obras da oficina Germain<sup>80</sup>. Desconhecemos o destino dos castiçais originais destas serpentinhas.

Na sequência do que temos vindo a expor, parece-nos plausível que também as quatro olhas e duas terrinas, entregues no Palácio das Necessidades para a Hospedagem do Duque de

<sup>74</sup> “*Relação Geral de toda a prata ...*”, doc. cit.

<sup>75</sup> Publicado pelo Marquês da Foz in: *A Baixela Germain da Antiga Corte Portuguesa*. Edição dos Amigos do Museu, Lisboa, 1925, pp.27-29. Segundo este documento as encomendas do Duque de Aveiro datam de 1757. As peças teriam sido entregues em Janeiro de 1759, altura em que o Duque já se encontrava preso.

<sup>76</sup> Cf. Catálogo da Exposição de Obras de arte Francesas Existentes em Portugal. ourivesaria do século XVIII, MNAA, Lisboa, Junho de 1934, p. 79

<sup>77</sup> Cf. IAN/TT, AHMF, Casa Real, L.º 3060

<sup>78</sup> Cf. tabela composição da Baixela Germain

<sup>79</sup> *Idem*.

<sup>80</sup> Lembramos que 1757 é a data apontada por Christiane Perrin para a compra do grande *Surtout*. A autora levanta a questão da possível aquisição, nesta data, de outras peças na mesma oficina. As serpentinhas de quatro lumens, datam de 1756-1758; farão parte do mesmo momento de encomendas em Paris, que incluiu as estatuetas de Cousinet e os candelabros de cinco lumens. Quanto à aquisição dos dois “*Surtouts Ceres*”, eventualmente na oficina Germain, interrogamo-nos se situará neste período. Podemos apenas dizer que, em Outubro de 1752, não constam de um outro importante documento, a “*Relação da Pratta do Serviço da Caza e Mantearia do Ill. E Exmo Sr. Marquez Mordomo mor Dr. José Mascarenhas e Lencastre meo senhor e do estado e caza de aveyro de que se acha entregue Joaquim Jose Lima mantieiro do mesmo Snr*”, BA, 54-VIII-53(209).

Não deixa de suscitar interesse que o apelido do mantieiro do Duque de Aveiro, Joaquim José de Lima, coincida com o de um “*sr. Lima*” responsável pelas encomendas de prata de D. José de Mascarenhas, em Paris, no ano de 1757. A tratar-se da mesma pessoa, estas teriam sido asseguradas pelo próprio mantieiro e não por um encarregado de negócios em Paris.

Chartres, tivessem sido escolhidas de entre as dezasseis terrinas e olhas que haviam pertencido ao Duque de Aveiro. Uma opção que se verifica na escolha das “*duas dúzias de pratos de guardanapo recortados e cordam pela borda*”, entregues por Vilar para esta ocasião e que deverão corresponder aos “*24 pratos de goardanapo com armas que paresem ser dos cunhas e hum cordaosinho lavrado nas molduras arroda todos dourados*” constantes do mesmo Sequestro<sup>81</sup>.

Podemos, pois, concluir que todas as peças passíveis de reconhecimento na *Relação da Prata* entregue para a composição das Mesas da *Hospedagem* do Duque de Chartes, nos indicam que se tenha recorrido à prata da designada “*segunda baixela que foi do Duque de Aveiro*”. Assumia com a Baixela Germain, não o esqueçamos, a qualidade de prata de representação da Casa Real. Reflectia, por isso, a importância diplomática e protocolar atribuída a semelhante circunstância. Permanecia porventura intangível a prata de Germain, reservada para um mais solene acto de representação régia.

.....

Na “*nobilíssima sala destinada para jantarem Suas Magestades, e Altezas*”, no dia do *Levantamento e Juramento* de D. Maria I (1734-1816), foi preparada “*huma mesa com maior grandeza e luzimento*”. O Auto<sup>82</sup> relata, com solenidade, ter sido essa a primeira ocasião em que a Baixela “*serviu e apareceu em público*”, no Paço de Lisboa, a 13 de Maio de 1777. Este documento constitui ainda, pelo que temos exposto, o primeiro testemunho explícito da presença da Baixela Germain sobre a mesa da Família Real.

Em Maio de 1778, o ourives da Casa Real, António Rodrigues Leão, recebe de Vilar o pagamento da “*Conta da importancia da Prata, da Bachela que veio de França que se alimpou, e pôs como nova...*”<sup>83</sup>. É este o momento em que, no âmbito da repartição que geria a sua manutenção, surge uma primeira despesa relativa à Baixela Germain. O documento coloca várias e importantes questões.

Em primeiro lugar, a data de Maio de 1778; um ano depois da inequívoca, se não a primeira, utilização da baixela, no banquete da Aclamação de D. Maria I. Considerando que os pagamentos eram então efectuados trimestralmente, não raro com atrasos que podiam atingir os nove meses, como se verifica em recibos que adiante apresentaremos, é de crer que esta despesa se refira ao rescaldo, talvez mesmo aos preparativos, do banquete da Aclamação.

Em segundo lugar o título, “*Bachela que veio de França*”. O ourives não voltará a designá-la deste modo. Porque razão refere a sua proveniência, quando nos recibos posteriores nos remete sempre para o contexto em que as peças serviram? Era longínqua a data da última remessa de Germain chegada à corte portuguesa (1765), na qual António Rodrigues Leão ocupava já o ofício de ourives da Casa Real. Poderá significar uma primeira intervenção do ourives? A sê-lo estaria, de algum modo, em consonância com o *Auto do levantamento* de D. Maria I, onde se afirma ter sido feita “*modernamente na Corte de Paris pelo célebre artífice Germain*”, parecendo anular o tempo em que, estando na corte, não teria servido publicamente em “*similhantes funções*”<sup>84</sup>. O invulgar número de peças entregues ao ourives para, sob a sua supervisão, proceder-se à sua limpeza, número que corresponde à totalidade de muitas das tipologias, não se assemelha de forma alguma ao que observámos no

<sup>81</sup> Cf., Luis Bívar Guerra, *op. cit.*, p. 197.

<sup>82</sup> *Auto Do Levantamento, E Juramento, Que Os Grandes, Títulos Seculares, Ecclesiasticos, E Mais Pessoas, Que se acharão presentes, fizerão Á Muita Alta, Muito Poderosa Rainha Fidelissima A Senhora D. Maria I Nossa Senhora na Coroa Destes Reinos, E Senhorios de Portugal, sendo exaltada, e coroa da sobre o regio Throno juntamente com o Senhor rei d. Pedro III, na tarde do dia treze de Maio Anno de 1777.* Lisboa, Regia Officina Typografica. Anno de MDCLXXX.

<sup>83</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx. 3594, Maio de 1778.

<sup>84</sup> *Auto do Levantamento, op. cit.*, p. 15.

rescaldo de grandes banquetes que adiante analisaremos. Reforça a ideia de esta poder ser, com efeito, a primeira intervenção operada na baixela, guardada então há mais de dez anos.

Em terceiro lugar, não podemos deixar de notar que António Rodrigues Leão abarca, neste recibo, sob uma designação única, “*Bachela que veyo de França*”, algumas peças – terrinas e “*3 aparadores para doce, com suas figuras*”, i. e. peças de *Dessert* – que não pertencem ao serviço de F. T. Germain e que devem corresponder a prata do Duque de Aveiro. Não deixa de ser curioso, vindo de alguém que tão bem as sabia distinguir mas que, de igual modo, reconhecia uma proveniência comum de oficinas francesas<sup>85</sup>.

A reportar-se ao banquete da Aclamação, este recibo indica-nos que sobre as mesas do primeiro banquete público do reinado estiveram presentes, talvez mesmo conjugadas, as duas baixelas. Sem dúvida, faltavam à Baixela Germain peças de *Dessert*, elementos estes significativos na prata da “*segunda baixela*”. Não sabemos, que outras obras destes dois conjuntos poderiam ter servido na ocasião, na medida em que os recibos de ourives não representam, necessariamente, a totalidade das peças utilizadas.



Fig.2. Cesto para o pão (pormenor), PNA inv..5291

A um mês das cerimónias, Vilar regista na sua repartição, a par dos provimentos do banquete<sup>86</sup>, o pagamento a “*pessoas que vieram de Queluz alimpar a prata*”<sup>87</sup>. Devemos considerá-las um reforço para uma tarefa que sempre detectamos no Paço de Belém na proximidade de banquetes? Tratar-se-ia da limpeza da própria prata do Infantado vinda do Paço de Queluz, e que daqui seria encaminhada para o Paço de Lisboa? Na realidade, as “*mesas da distincta familia empregada no Real serviço*” foram servidas, segundo o cronista do Auto, com a “*muita preciosa prata que El Rei Nosso Senhor conserva na sua Regia quinta de Queluz*”.

<sup>85</sup> Leonor d’Orey aponta semelhanças entre as terrinas e olhas do Duque de Aveiro e aquelas do serviço Penthièvre Orléans, obra de Thomas Germain. *Vd. “Dispersed Objects...”, op. cit.*, pp.153-154 e nota 24, p. 155.

É de considerar a possibilidade de algumas terrinas e olhas terem sido adquiridas na oficina Germain. Pela descrição do Inventário do Sequestro pudemos observar que algumas dessas peças têm os mesmos elementos decorativos que encontramos no grande *Surtout*, como laranjas, romãs, couves-flor, alcachofras e flores. Mas, para além dos ornamentos, seriam necessários elementos formais para reconhecer um estilo e eventuais proveniências.

<sup>86</sup> Quanto a João Rodrigues Vilar, intervém a vários níveis. Como Tesoureiro da Real Ucharia e responsável pela gestão da Cozinha particular, foi um dos responsáveis pelo provimento do Banquete. O Livro do Registo dos Decretos e Ordens de Sua Magestade que vem a Ucharia Real e tem principio no mes de Mayo de 1765 a 1796 (lvº 104. fl.135) regista o aviso do Visconde de Vila Nova de Cerveira, Mordomo Mor, para o Vedor Conde do Redondo “(...) mande pagar a João Rodrigues Villar os trezentos e quinze mil novecentos e oitenta reis, que despendeu em o Mez de Mayo proximo precedente com a cozinha particular e despesas que fez no dia da Aclamação da mesma Senhora” [14 de Junho Ministério do Reino L.º433

<sup>87</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx.3592



A presença da prata do Infanado, bem diferenciada nos vários registos sob a designação de “*Prata de Queluz*”, verificar-se-á noutros banquetes oficiais da Casa Real, a par das duas principais baixelas referidas como “*prata de Belém*” ou “*prata do Dezembargador*”. Tratava-se, como é sabido, do serviço de mesa realizado para esta ocasião, por iniciativa de D. Pedro, no âmbito da Casa do Infanado.<sup>88</sup> Executado pelo ourives desta Casa, Sebastião Bernardes, provavelmente em colaboração com Jean-Baptiste Robillion<sup>89</sup>, constituía, sem dúvida, uma importante baixela, dominada pelo “*Certum grande de prata*”, obra do mesmo Sebastião Bernardes e datada de 1770<sup>90</sup>: o famoso “*sertum de Queluz*”, que como veremos, será requisitado mais vezes para outros grandes banquetes régios.

Compunham esta baixela, oito peças principais – duas “*terrinas redondas grandes* [olhas]”, com os seus pratos e “*duas colheres grandes para soupa*” e seis “*terrinas compridas*”, com os seus pratos e “*6 colheres ditas*” mais pequenas – e oito travessas de diferentes tamanhos, quatro pratos quadrados e oito pratos redondos. Somavam-se-lhe setenta e um pratos de guardanapo oitavados, e três faqueiros – um de onze, e quatro de doze talheres (colheres, garfos e facas) – e ainda doze salvas de diferentes tamanhos, oito castiçais lavrados, seis serpentinas de quatro lumes, das quais quatro com “*castiçais retorcidos*”; um galheteiro, três “*pimenteyros ou saleyros*”, duas manteigueiras e duas cafeteiras, entre outras peças.

Que características apresentariam? A descrição das terrinas e olhas da “*prata nova da antecedente* [de 1777] que fez [o mesmo] Sabastião Bernardes” entre 1782 e 1788, evoca aspectos da sua temática decorativa. “*Ricamente Lavradas de Relevado*”, as terrinas, em número de quatro, apresentavam “*dois animais por Azas e um Genio na Tampa, Entre cassas e Mariscos e Armas Reais, nos Lados do corpo da Terrina Coatro Garras de Leão que cervem de pés. O seu prato [tem uma] cabeça de porco (javali) por azas...*”. Parecem reportar-se a um programa decorativo mais próximo de um mundo *rocaille*, que da nova estética neoclássica. Não deixam de fazer lembrar obras de Thomas Germain. Não serão indiferentes a este facto a influência, ou mesmo os desenhos de Robillion, o qual recebera de D. Pedro, em 1756, a mercê de ourives da Casa do Infanado<sup>91</sup>.

O prestígio e novidade das baixelas de prata constituíram, no Auto da Aclamação, a medida do esplendor das Mesas expostas à admiração dos “*Nacionaes e Estrangeiros que tiverão a honra de gozar deste novo, agradável e brilhante espectáculo*”, o primeiro banquete público do reinado, “*Público apenas para o microcosmos cortesão, privado relativamente ao macrocosmos social*”<sup>92</sup>.

Cinquenta anos antes, a 4 de Novembro de 1726, o Secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real escrevia a Mendes de Goes, responsável em Paris pelas encomendas régias: “*Procurará Vm. informar-se com a maior exactidão na Corte de El Rey de França da Baxella, de que elle se serve quando come em publico; quero dizer, quando come em hua Caza,*

<sup>88</sup> IAN/TT, AHMF, Inventário Segundo da Real Quinta de Queluz em 1767, L.º 7784, fl.34v. Ver também, Afonso, Simonetta Luz, “*Les tables royales à Queluz au XVIII ème siècle- un goût d’orient, un goût d’occident*”, in Actas do Simpósio Internacional - Mesas Reais Europeias [Museu Nacional de Arte Antiga – Dezembro, 1996], Lisboa, Instituto Português de Museus, 1999, p. 188.

<sup>89</sup> Jean-Baptiste Robillion, arquitecto francês do séc. XVIII. Por ordem de D. Pedro III, executou importantes intervenções no Palácio de Queluz, e desenhos para os jardins. Foi ainda responsável por decorações no interior do palácio e executou várias decorações efémeras para as festas de Queluz. Sobre a sua obra como arquitecto vid. Inês Ferro, op.cit.

<sup>90</sup> IAN/TT, AHMF, Inventário Segundo da Real Quinta de Queluz em 1767, L.º 7784, fl.35. Publicado por Simonetta Luz Afonso, “*Tables et fêtes de la cour du Portugal*” op. cit., p.160, Idem, Les Tables Royales à Queluz...op. cit. p.187

<sup>91</sup> IAN/TT, Chancelaria da Casa do Infanado, L.º 20, Alvará de 10 de Junho de 1756, fl.263, publicado por, Afonso, Simonetta, Luz e Delaforce, Angela, *Palácio de Queluz Jardins*, IPAR, Quezta Ed, p.14 e p.36, Sobre o primeiro trabalho de ourivesaria em que é citado em Portugal, veja-se, Ferro, Ines, Op. cit, p. 35

Continua ainda por esclarecer a sua efectiva ligação a Thomas Germain

<sup>92</sup> António Filipe Pimentel, *La Politique à Table. (Més)aventures du Repas Public à la Cour de Jean V*, in: Actas do simpósio Internacional- “*Mesas Reais Europeias*”, Museu Nacional de Arte antiga, Lisboa, 12-14 Dezembro, 1996, Instituto Português de Museus, 1999, p.140

*em que entra não so toda a Corte Nacional, mas ainda os Estrangeiros, q. nella assistem; (...) O mesmo para quando come com a rainha ou com toda a família ... ou separada.”<sup>93</sup>.*

Serviu-se D. Maria I da magnífica Baixela encomendada por seu pai a François Thomas Germain para a encenação do cerimonial da mesa, palco de *“inesgotáveis possibilidades plásticas quer pela crescente complexidade da coreografia do ritual, quer pela sumptuosidade dos acessórios”<sup>94</sup>.*

Da *“grandeza e luzimento”* então demonstrados, o cronista, nada registou que nos permita visualizar na globalidade a composição ou o ornato das Mesas, o serviço, o espaço ou, mais ainda, o cerimonial envolvido. O cuidado e minúcia destes registos privilegiam naturalmente os cerimoniais e os espaços do Juramento, na Varanda da Aclamação, e da Missa e Acção de Graças na Capela, mas também a descrição da sala das Audiências ou dos camarins régios.

Da *“nobilissima sala destinada para jantarem suas magestades, e Altezas”* apenas podemos imaginar as armações, confiadas ao mestre Pedro Alexandrino Nunes<sup>95</sup>: as paredes revestidas de tapeçarias, ricos tapetes cobriam o pavimento, num espaço dominado pelo damasco carmesim dos cortinados e das *Cobertas* dos aparadores e da mesa real, sobre a qual se estendia uma *toalha fina* adamascada e branca. Esta mesa estava guarnecida da riquíssima e *copiosa* baixela feita *modernamente* na corte de Paris pelo célebre artífice Germain.



Fig. 3. Olha, PNA inv. 5350

São realçados no texto do Auto a riqueza, a ordenação da abundância pelo requinte *“à francesa”*, a qualidade da obra pela celebridade do autor e a sua *“modernidade”*, afirmação menos exacta mas necessariamente expressa, como prova da régia protecção conferida às Artes.

Segundo o cronista, duas outras mesas, em espaços diferentes, estavam ornadas com o mesmo grandioso serviço: *“huma em que jantaram as Marquezas camareiras mores com as Donas de Honor, e Damas; e outra de Estado para os Camaristas, Veadores e mais Officiaes da*

<sup>93</sup> Correspondência de Diogo Mendonça de Corte Real para Mendes de Goes, 4 de Novembro de 1726, in: Boletim da Academia Nacional de Belas Artes, *Documentos relativos à Ourivesaria Francesa Encomendada para Portugal*, I, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, Vol I, Lisboa, 1935, p. 11.

<sup>94</sup> António Filipe Pimentel, *La Politique à Table...*, op.cit., p. 142.

<sup>95</sup> *Mestre armador*, como é designado, responsável pelas armações de tapeçaria, tapetes e tecidos nos vários paços da Casa Real e da Casa do Infante.

*Casa, que se achavam de semana, e forão nomeados para neste dia assistirem a Suas Magestades, e Altezas (...)*<sup>96</sup>.

Seria insuficiente a prata da Baixela Germain para o ornato de três mesas, a segundo os rigorosos ditames da época. As mesas de Estado e das Camareiras Mores acolheriam, aliás, um maior número de comensais. É natural que tenham estado presentes as duas baixelas da Coroa, recorrendo-se pelo menos a terrinas e *olhas* da prata proveniente da Casa de Aveiro. Podemos presumir que a mesa da família real se compusesse essencialmente da obra encomendada a Germain por D. José I, que então terá inaugurado a alta função para que fora destinada.

A descrição do Auto faz-nos crer que as *Cobertas* de Cozinha e o *Dessert* tenham sido servidos na mesma mesa. Que planos de mesa e que ornamentações centrais teriam sido seguidas? Pesquisando outras e diversas fontes, em busca de novos elementos relativos a este banquete, pouco encontramos<sup>97</sup>. Nenhuma outra crónica ou comentário de “*Nacionais e Estrangeiros*”. João Pinto da Silva, Guarda-Jóias e responsável pelo “*arranjo interior dos Paços*” regista minuciosamente as “*despesas que [fez] para a Aclamação*”<sup>98</sup>. Nenhuma se refere à mesa. Aí encontramos os trabalhos empreendidos na construção da “*Varanda da Aclamação*”<sup>99</sup>, (fig. )desenhada pelo arquitecto Mateus Vicente de Oliveira, na ornamentação da dita “*Varanda e casas do Passo*”<sup>100</sup>, tarefa confiada ao incansável mestre armador Pedro Alexandrino Nunes, e assuntos ligados ao programa musical destas cerimónias.<sup>101</sup> A própria documentação de Vilar parece-nos lacunar: não detectamos registos de ajudas de custo a mestres copeiros responsáveis pelo ornato das mesas, ou as habituais despesas de provimentos para a Copa. Planos de mesa, menus<sup>102</sup> ou elementos de organização do serviço, são dados ainda desconhecidos e essenciais para a compreensão da mesa real onde serviu a Baixela Germain.

Serão os elementos recolhidos ao longo da documentação do reinado de D. Maria I, que nos permitirão evocar, com um pouco mais de definição, as encenações que constituíram as Mesas oficiais de aparato da Casa Real portuguesa neste período.

Veremos adiante que a Baixela foi reservada para os raros e esporádicos banquetes públicos com a presença da família real, sem dúvida inscrevendo-se numa opção de corte que não

---

<sup>96</sup> A Mesa de Estado é a segunda, em importância, depois da Mesa Real. É presidida pelo Mordomo-Mor ou, na ausência deste, por um Gentil-homem de Câmara. No Paço tem carácter regular, reúne os Gentis Homens da Câmara, Camaristas e Veadores, na semana em que servem os monarcas. Cf. IAN/TT, Ministério do Reino, L.º 433, fl.38. Na Planta da Real Barraca da Ajuda, distingue-se um aposento próprio para a *Sala da Mesa de Estado*. Vd. Ayres de Carvalho, *op. cit.*, pp. 631-28. Só a partir do século XIX se assiste à presença dos monarcas *do modo ordinário á mesma mesa* de Estado, com quem lhes assiste no Paço

<sup>97</sup> Para o ano de 1777 foram feitas consultas nos núcleos do IAN/TT, AHMF, “Negócios Gerais Variados”, “Documentos de despeza do Tesoureiro” e documentos relativos à Mordomia Mor pertencentes ao “Ministério do Reino”. De referir ainda que não existe a *Gazeta de Lisboa* relativa a este ano, senão a partir de Agosto.

<sup>98</sup> “*Pelo que paguei e despendi pertencente á Função da Aclamação da Rainha*”, cf. IAN/TT, AHMF, Casa Real, “*Livro de despeza do particular*”, L.º 504. Vd. ainda: despesas apresentadas por Mateus Vicente de Oliveira “como Arquitecto e adminstrador da obra”, “Despeza pertencente á Varanda da Aclamação da Raynha N.Sra. q. teve principio em 8 de março de 1777” Cf. IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx.3105

<sup>99</sup> Joaquim Carneiro da Silva, é o autor da representação da Varanda da Aclamação (fig. )Sobre este assunto veja-se João Castel-Branco Pereira in *Arte efémera em Portugal*, Museu Calouste Gulbenkian, 13 de Dezembro de 2000 a 25 de Fevereiro de 200, p.292 e 293

<sup>100</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx.3102

<sup>101</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx.3105

<sup>102</sup> Apenas se conhece o “*Livro do registo diário da Ucharia*”, que especifica os géneros que da Ucharia foram destinados ao Banquete da Aclamação. O *fac-simile* da uma das folhas respectivas foi publicado por Leonor d’Orey, *A Baixela da Coroa...*, *op. cit.*, p. 42. Existe ainda no arquivo da Casa Real outra fonte semelhante, onde se observa que é nítida a separação entre as iguarias para a *função da aclamação* e para a *cozinha particular*, cf. “*Livro da saída da dispensa para as cozinhas q. tem pryncipio a 1 de Junho de 1776*”, IAN/TT, AHMF, Casa Real, L.º 185.

privilegiava a regularidade da *comida pública*, prevista no *Cerimonial*<sup>103</sup> como um rito crucial na sua afirmação. Este facto poderá justificar a coincidência dos “movimentos” documentados da Baixela com as datas adiante mencionadas, e as tímidas referências a semelhantes actos. Para além do banquete da Aclamação, o regresso de D. Mariana Victória de Bourbon, vinda da corte de Madrid em Novembro de 1778, a *troca das Princesas*, em Vila Viçosa, Maio de 1785 e o encontro das duas famílias reais, portuguesa e espanhola em Elvas, em Janeiro de 1796, foram ocasião para a realização de refeições públicas, o que apenas se conhecia no âmbito dos solenes actos de 1777 e 1785.

Foi precisamente nestes contextos que encontrámos novos testemunhos referindo, explicitamente, a utilização da baixela Germain ao serviço da Corte portuguesa.

### **3. Serviu na recepção da *Fidelíssima Rainha Mãe*, no regresso da corte de Madrid. Paço do Bispo em Elvas e Casa da Câmara em Vila Viçosa, Novembro 1778.**

Quando, em Setembro de 1778, Vilar efectuou o pagamento a “doze mossos que trocero o Sertum de Meza de Queluz para Bellem”<sup>104</sup>, preparava-se um novo episódio da mesa real. Multiplicam-se as despesas com os necessários provimentos<sup>105</sup>. Ao longo desse mês decorre o trabalho de vários “Oficiais de Ourives q. Alimparão” a prata<sup>106</sup>. Aproximava-se a, então assim designada, *Jornada de Vila Viçosa / Elvas*. De Belém para Elvas são enviados oficiais de ourives “para o preciso e (...) mossos que forão para servir na condução [acompanhamento] da prata (...)”, incluindo os que “(...) acompanharão o carro do Caxão do Sertum de Queluz” e, como todos os cuidados eram necessários, também soldados e “oficiais de Carpinteiro”<sup>107</sup>.

As grandes movimentações, de bens e pessoas, que estas deslocações implicavam, mereceram o comentário de Joseph Carrère, trocista e maldizente, lembre-se que a propósito de outras viagens. “As viagens da corte oferecem um espectáculo único, pitoresco e inacreditável – difícil de descrever; um rebuliço geral, tumultuoso, desordenado, impossível de contar. As pessoas pertencentes à corte e os seus dependentes esbarram uns com os outros, misturam-se, confundem-se, empurram-se, (...), cada qual quer ocupar sem demora o seu lugar nas carruagens e arrumar os embrulhos, malas e móveis (...). Assiste-se ao desfilar de um número prodigioso destas viaturas, o que, no seu conjunto, oferece um espectáculo assaz divertido.”<sup>108</sup>

Um relato presencial revela-nos que, de facto, a *Jornada de Vila Viçosa/ Elvas* de 1778 decorreu com vários percalços, entre os quais “... as Damas e Açaфatas da Rainha perdêrão o caminho, pois andáráo subindo e descendo os outeiros, quasi indo às nuvens (...) e por fim hua das Seges se encravou...”<sup>109</sup>.

---

<sup>103</sup> Sobre o cerimonial de mesa da corte portuguesa vd. Diogo Ramada Curto, “Ritos e cerimónias da monarquia em Portugal (séculos XVI a XVIII)”, in *A Memória da Nação*, Sá da Costa Editora, 1ª ed. Lisboa, 1991. p.227 a 241; Pimentel, António Filipe, *La Politique à Table (Més) aventures Praticas du Repas Publique*, op cit.p.138. Sobre o cerimonial das cortes europeias vid. Alain Gruber, “Le cerimonial de table dans les cours europeénes” in *Versailles et les tables royales en Europe*, op cit.p.147

<sup>104</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx. 3593.

<sup>105</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cxs. 3594 e 3742.

<sup>106</sup> “Emporte das despesas feitas nos Sellarios e Ajudas de custo que se derão aos Oficiais de Ourives q. limparão, e assistirão a condução da prata...”, Cf. IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx. 3594.

<sup>107</sup> *Idem*.

<sup>108</sup> J.B.F. Carrère, *Panorama de Lisboa no Ano de 1796*, Lisboa, Biblioteca Nacional, “Portugal e os Estrangeiros”, 1989, p. 57. Carrère era francês, médico e emigrado em Portugal desde o ano anterior.

<sup>109</sup> “Roteiro exactissimo, ou Jornal de tudo quanto se passou na jornada de Villa-Viçosa deste presente Anno de 1778. A buscar a fidelissima Rainha May, e de lá até ao Paço da Ajuda”, Doc.II-30, 24, 9 [cópia 1.ª e 2.ª borrão] IAN/TT, Mf. 98 p.4. Documento



As jornadas no Alentejo eram, por vezes, consequência da aproximação entre os reinos de Portugal e Espanha, fisicamente traduzida em encontros junto à fronteira, em Elvas, e Vila Viçosa. A convite dos *Reis Católicos*, a rainha-mãe, D. Mariana Victória de Bourbon, retirara-se para a corte de Madrid em Outubro de 1777. O regresso a Portugal fez-se em Novembro de 1778<sup>110</sup>.

Anunciou a *Gazeta de Lisboa*, desse mês, que “*Suas Magestades e Altezas forão no dia 18 do corrente dormir a Elvas para no dia seguinte se acharem no Caya onde a Rainha com as mais pessoas reaes esperava receber Sua Augusta Mai (...) donde irião jantar a Elvas*”<sup>111</sup>, não adiantando mais pormenores.

Duas crónicas manuscritas e os inusitados rascunhos, com comentários não oficiais dos próprios autores, dão-nos a rara oportunidade de reconstituir estas cerimónias: o “*Roteiro exactissimo, ou Jornal de tudo quanto se passou na jornada de Villa-Viçosa deste presente Anno de 1778. A buscar a fidelissima Rainha May, e de lá até ao Paço da Ajuda*”<sup>112</sup>, anónimo, e o “*Itinerario da Jornada de Villa Viçosa 1778*”<sup>113</sup>, escrito pelo 2.º Conde de Oeiras, Henrique José de Carvalho e Melo<sup>114</sup>, camarista do Príncipe D. José.

No âmbito deste estudo retiraremos destes importantes documentos apenas os aspectos reveladores do aparato da Mesa.

Na sequência do já conhecido *Auto de Levantamento e Juramento*<sup>115</sup> de D. Maria I e de D. Pedro III, o *Roteiro Exactissimo* surge como um documento de características únicas, onde a imagem da mesa e as opções concretas da suas várias composições, se revelam um pouco mais. A par da referência explícita à Baixela Germain, assistimos mais uma vez a uma conjugação de baixelas e também à adopção de um novo elemento em mesas de aparato, a porcelana.

Seguimos, pois, com o autor do *Roteiro* até Elvas, onde a rainha-mãe e respectiva comitiva se dirigem ao “*Paço dos bispos de Elvas*”<sup>116</sup>. “*(...) A Rainha May N. Senhora (...) esteve descançando emq.º se servia a meza.*

*Neste intervalo chegou tanto a comitiva [sic], tanto nossa como da Rainha May, e mais a Hespanhola, a qual pelas salas se foi pondo. Servida q. foi a meza em finissima Louça de Saxónia Sairão SS. Mag.ª e na passagem fallarão ao Conde de Banhos*<sup>117</sup> e D. João Pacheco, e ao Conde de Castello Branco, Mordomo de Semana, e mais comitiva Hespanhola, os quaes assistirão á meza de SS. Mag.ª.”

---

pertencente ao núcleo de documentação da Biblioteca do Rio de Janeiro, incorporado recentemente no IAN/TT ao abrigo do Projecto Reencontro

<sup>110</sup> Lembremos que tratado do Pardo, firmado a 11 de Março de 1778 entre Portugal e Espanha, veio encerrar uma fase conturbada de sucessivas quebras de tratados sobre a delimitação dos domínios respectivos na América do Sul. A estadia da rainha mãe na corte de Madrid, poderá ter contribuído para uma aproximação entre as duas famílias

<sup>111</sup> *Gazeta de Lisboa*, B.N. J.2510.M, 1778.

<sup>112</sup> *Idem*

<sup>113</sup> *Itinerário da Jornada de Villa Viçosa. Say de Lisboa em 9 de Outubro de 1778*. B.N., Col. Pombalina, cod. 692 Algumas passagens deste Itinerário (não relativas a mesa), foram citadas por Caetano Beirão, *D. Maria I. Subsídios para a revisão da história do seu reinado*. Imprensa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1934, p.209,210,352

<sup>114</sup> Henrique José de Carvalho e Melo (1748-1812), 2.º Conde de Oeiras, filho primogénito do 2º casamento de Marquês de Pombal, Camarista do príncipe D. José, Gentil Homem da Câmara da Rainha D. Maria I. Foi Presidente do Senado de Lisboa e exerceu vários cargos honoríficos.

<sup>115</sup> *Auto do Levantamento*, op cit.

<sup>116</sup> Era então Bispo de Elvas, D. Lourenço de Lencastre. O antigo Paço Episcopal de Elvas, foi mandado construir pelo 1.º Bispo D. António Mendes de Carvalho, no final do séc. XVI. O seu sucessor, D. António Matos de Noronha, deixou um grande programa azulejar, identificado com as suas armas.

“São os aposentos majestosos, as galerias soberbas, e emfim, um dos mais sumptuosos palácios que servem de residência aos Prelados deste Reino, com o qual nenhum outro pode disputar preferência” (apontamentos manuscritos de Francisco de Paula Santa Clara) in Gama, Eurico, Introdução ao “Catálogo dos livros paroquiais da Bibliotecas Municipal de Elvas, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1980. Em 1881 foi suprimida a diocese de Elvas e integrada na diocese de Évora Este edifício é hoje ocupado pela P.S.P. Agradecemos ao Dr. Artur Goulart a informação cedida sobre este assunto.

<sup>117</sup> O Conde de Banhos, responsável pela condução de D. Mariana Victória de Bourbon, representou o *Rei Católico*, nestas cerimónias. Descrito pelo 2.º Conde de Oeiras como um “*Fidalgo muito distinto e muito agradável com grande pratica de corte*”, *Itinerário... op. cit.*

Por seu lado, o Conde de Oeiras, no *“Itenerario”* dá-nos a sua versão: *“S. Mag.<sup>s</sup> e Altezas se recolherão p.<sup>a</sup> dentro, e toda a mais Nobreza asima referida se achava nas Antecameras; tanto Portugueses como Castelhanos, ao meio dia em ponto se Servio á Meza de S. Mag.<sup>s</sup>, que neste dia Comeram em publico, assistidos de todos os seus criados [Gentis-homens da Câmara nomeados para esta ocasião]. O conde de Banhos e mais Cavalheiros Castelhanos assistirão na Meza á conversação, e todos elles gavarão [gabaram] insesantemente a bellissima Prezença do Principe N. Senhor [D. José]”*.

Refere-se assim a uma refeição pública, com a presença da Rainha D. Maria I, de D. Pedro III, da Infanta D. Mariana, irmã da Rainha, dos Príncipes D. José e D. Maria Francisca Benedita. A Família Real foi servida pelos *Criados* da Rainha, Gentis-homens da Câmara nomeados para a ocasião, como era uso. Assistiam ao espectáculo da refeição régia os demais fidalgos portugueses e castelhanos. A destacada presença do Conde de Banhos e *Cavalheiros* da comitiva, reflecte-se na privilegiada proximidade da Família Real, a cuja conversação assistem. Coerente com os outros textos da época, nenhuma das crónicas entra em pormenores sobre a composição da mesa real, de que ficamos, apesar de tudo, a saber que foi servida com *“finisima Louça de Saxónia”*.

É de realçar, o facto de o *Itenerario* se referir muito claramente à escolha da *finíssima* porcelana para o aparato da mesa real, um ano após a inauguração pública da Baixela. Tal como o resto da Europa, também Portugal se rendera ao requinte da porcelana de Meissen – vulgarmente referida como *de Saxe* ou *da Saxónia* – que, com a porcelana de Sèvres, assumira, chegando a substituir, o prestígio das grandes baixelas de prata.

A porcelana de Saxe entesourada no Paço de Belém, em parte originária da Casa de Aveiro<sup>118</sup>, certamente corresponderia ao grau de representação exigido. Lembramos também os serviços de Saxe de que dispunha a Casa do Infantado, no Paço de Queluz<sup>119</sup>.

Que opção encontramos na mesa de Estado? Diz-nos o Conde de Oeiras *“Logo q. SS. Mg.<sup>es</sup> se levantarão da Meza se abrio huma porta p.<sup>a</sup> huma Ante Câmara (...) onde estava preparada [desde a véspera] huma Meza publica de Estado p.<sup>a</sup> todos os fidalgos e cavalheiros que ali se achavam (...): A ditta meza estava magnifica<sup>nte</sup> preparada muito cheia de prata (...) foi servida a duas Cobertas e servindo de Terceira o Dezer que foi na mesma Meza sendo os pratos Sumam.<sup>te</sup> bem feitos e tudo muito delicado<sup>120</sup>”*. O *Roteiro Exactissimo* esclarece-nos que sobre a mesa estavam *“3 Sertuns de prata, 2 de Germain, e outtro feito em Portugal p.<sup>r</sup> M<sup>r</sup> Robillon<sup>121</sup>, tudo magnifico. Toda a [restante] prata era de Germain (...) a única cousa q. não dizia, era a pequenez da casa á proporção da meza. Os Fidalgos Hespanhois q. não couberão foram servidos em outra meza.”*

A manifesta importância desta Mesa de Estado, também ela revestida de carácter público<sup>122</sup>, reflecte-se na sua ornamentação, onde se quer deixar patente a presença, ainda prestigiante, da prata de Germain, a sua abundância, e muito em particular a exposição de três obras de vulto. Não apenas dois *Surtouts* de Germain, mas um outro ainda, feito em Portugal, que o cronista atribui a Robillon. Este último não é outro senão o já mencionado grande centro de mesa de Queluz,<sup>123</sup> cuja presença nesta jornada é acusada nas despesas de Vilar. Desta obra está documentada a execução, em 1770, pelo ourives Sebastião Bernardes, como atrás referimos. A suspeita do envolvimento de Robillon é reforçada neste testemunho. A

<sup>118</sup> Cf. *“Mapa do que se deve...”*, in: Luis Bívar Guerra, *op. cit.*, p.232-233. Vd. ainda IAN/TT, AHMF, Casa Real, L.º3076. Publicado no BANBA, Lisboa, 1935, p.111.

<sup>119</sup> Depois destas cerimónias Agostinho Gomes, almorafe do paço de Queluz avisa Vilar, para repor as *“selladeiras que vieram trocadas”*, o que sugere que serviços de ambos os paços foram levados para Elvas. IAN/TT, AHMF, Cx. 3593, doc. 3. Sobre os serviços de porcelana de Queluz vd. Simonetta Luz Afonso, *Les Tables Royales à Queluz au XVII<sup>ème</sup> Siècle – un Goût d’Orient, un Goût d’Occident”*, in: Actas do Simpósio Internacional – Mesas Reais Europeias. *Op.cit.*p.184

<sup>120</sup> BN res – Col. Pombalina, 695, fl. 156.

<sup>121</sup> Trata-se do já referido centro de mesa de Queluz, executado por Sebastião Bernardes em 1770.

<sup>122</sup> Nestas cerimónias a *Mesa de Estado* é sempre pública. Atribuímos este facto à presença do Conde de Banhos, em representação de Carlos IV

<sup>123</sup> Simonetta Luz Afonso, *“Les tables Royales à Queluz au XVIII<sup>ème</sup> siècle”*, *op. cit.*, p.,192.

omissão do ourives português poderá denotar o prestígio conferido a obras de “*invenção*” francesa, mas é sem dúvida sintomática do reconhecimento da actividade de Robillion, senão como executante, como desenhador de peças de ourivesaria, cargo para que fora nomeado em 1756, no âmbito da Casa do Infantado, e de que tão pouco se conhece.

Este centro de mesa, compunha-se, em traços gerais, de um grande tabuleiro ou *plateau*, emoldurado, sobre o qual se dispunham três conjuntos escultóricos sobre peanhas. Dominava o grupo central a Flora, deusa das flores, e uma “figura de homem”, provavelmente Zéfiro, o deus do vento, de cujo encontro brota a Primavera, segundo a mitologia, expressa nos múltiplos festões de flores que a obra apresentava. Grande número de serpentinas sustentadas por quatro figuras de crianças complementavam a composição.

Pela sua tipologia dispondo-se sobre extensa base, impõe-se que ocupasse uma posição central. Que *Surtouts* “*de Germain*” poderiam compor a mesa a seu lado? Não nos parece provável que nesse papel se conjugassem o grande centro do Duque de Aveiro e o Prato do meio da baixela Germain, de tipologias e dimensões dissonantes, em nada conformes aos imperativos da simetria. Mais ainda, o tema de caça, que ambos desenvolvem, muito pouco teria a ver com o ambiente criado pelo conjunto central.

Recordamos, então, de entre os *Surtouts* sequestrados ao Duque de Aveiro, o centro encimado pela figura de Ceres, já referido a propósito da *Hospedagem* do Duque de Chartres, ao qual correspondia um outro, “*em tudo semelhante ao precedente*”<sup>124</sup>. A simetria que permitiam criar sobre a mesa e a temática decorativa com molhos de trigo, flores e frutos, harmonizar-se-iam com a composição central, muito embora apresentassem uma tipologia arcaica, desenvolvida em torno de um vaso central sobreelevado e reunindo peças utilitárias como galheteiros e saleiros. Tratar-se-iam de obras de Germain? A serem estas as obras patentes na Mesa de Estado, é de reter que, na crónica, tenham sido atribuídas ao ourives Germain, reforçando a hipótese de vermos nelas o modelo do “*Surtout Ceres*” de Thomas Germain e, assim também, depreendermos a sua aquisição pela Casa de Aveiro.

O banquete foi servido a duas *Cobertas* de Cozinha tendo como terceira o *Dessert*, como escreveu o cronista – um menor número de *Cobertas* do que aquele que a composição da Baixela permitia, de acordo com a encomenda. Terão servido em conjunto a segunda e terceira *Cobertas*, de *assados* e de *entremeios*, respectivamente. Quanto ao *Dessert*, esclarece-se que foi apresentado na mesma mesa, evidenciando a possibilidade de, em semelhantes ocasiões, se poder optar por uma mesa separada. Era, portanto, prática ainda corrente no nosso país e, lembramo-lo, fora também prevista na encomenda (muito embora ficasse inviabilizada pela ausência do *Surtout*).

Por razões de logística, ou porque se tratava de uma mesa para grande número de pessoas, recorreu-se à extensa composição central formada pelos três *Surtouts*, que permaneceram como “*dormant*”, durante todas as *Cobertas*. Exclui-se, portanto, um plano com três fileiras. Com efeito a mesa, repleta de prata, tinha disposto, em redor do centro, o “*serviço de prata (...) riquíssimo feito por Germain em França*”. O cronista parece retratar a primeira imagem do banquete à entrada dos comensais. A primeira *Coberta*, apresentaria por isso, as peças principais de uma baixela, terrinas, olhas e pratos cobertos, assim como acessórios para temperos, peças de grande qualidade na Baixela Germain, os saleiros e especieiros, com figuras de índios, os galheteiros representando um barco.

Não queremos deixar de colocar a hipótese de, entre estas peças, estarem presentes terrinas do Duque de Aveiro, cujos motivos decorativos de flores e frutos se harmonizariam com os *Surtouts*, e cuja proveniência poderia ser a mesma oficina Germain<sup>125</sup>. Três destas terrinas estiveram entre as peças consertadas pelo ourives no rescaldo da *Jornada*<sup>126</sup>.

<sup>124</sup> Luis Bívar Guerra, *op. cit.*, p. 229.

<sup>125</sup> Sobre as terrinas e olhas confiscadas ao Duque de Aveiro *vd.* nota correspondente a cada um das referidas peças.

<sup>126</sup> IAN/TT, AHMF, Cx. 3596, recibo N10, “*Doas tampas de terrinas com remates de Laranjas com suas fulhagens*”,.

Pela leitura do rascunho do *Roteiro Exactissimo* tomamos conhecimento de um testemunho singular: na véspera, tendo o príncipe D. José<sup>127</sup> (1761-1788) chegado mais tarde ao Paço, “hindo [...] a buscar seus Pays, os achou na casa, em que [já] estava preparada [a] rica mesa de estado para os Castelhanos (...) Andou vendo com miudeza a disposição da referida mesa e aparadores, q. tudo mostrou achar com igualdade correspondente. Isto he o q. se ouviu a Sua Alteza (...). Mas hum circunspecto criado, que reverentemente mais observava o régio semblante do mesmo Senhor, do que attendia nessa ocasião ás suas vozes, percebeu que S. A. calava bastantes imperfeições, que divisava, as quaes não sendo conformes ao seu delicado gosto, houve por melhor dissimulalas, q. manifestar alguma das sensaborias que achava naquele apparatuso ornato, o qual por ser riquíssimo pudera fazer outro esplendor se os seus compositores fossem tam primorosos como aquelles, que em outro tempo fizeram brilhar a Corôa de Portugal nas suas funções, que sempre forão luzidissimas.”<sup>128</sup>



Fig. 4. Galheteiro, PNA inv. 5390

Não é óbvia a resposta a várias conjecturas que decorrem deste interessantíssimo comentário. Encontramos no autor anónimo, talvez o próprio “*circunspecto criado*”, a sensibilidade de alguém, que, certamente atento à evolução do gosto, a novos programas decorativos, se afastara do *Rocaille*. Detectava porventura dissonâncias na conjugação das obras, ou quem sabe algum excesso no traçado do plano de mesa. É frisada a “*pequenez da casa à proporção da meza*”, o que não a valorizaria.

<sup>127</sup> D. José Francisco Xavier de Paula Domingos António Agostinho Anastácio (1761-1788). Príncipe da Beira, Príncipe do Brasil. Comendador-mor das Ordens de Cristo, Avis e Santiago e Cavaleiro do Tosão de Ouro. Teve uma cuidada educação, sob influência do Marquês de Pombal. De entre os seus mestres destaca-se D. Fr. Manuel do Cenáculo Villas Boas, Bispo de Beja. Vd. Afonso Eduardo Martins Zuquete, dir. *Nobreza de Portugal e do Brasil*, 2ª ed. Lisboa: Representações Zairol, 1984 p. 650.

<sup>128</sup> *Roteiro Exactissimo...*, cópia 2.ª borrão, op. cit., p.26



Em causa estão os “compositores” da mesa. As figuras que a teoria envolve na composição da mesa são, o *maître d’hotel* e os copeiros. O primeiro era “*perito para por e tirar as cubertas das mezas*”<sup>129</sup> no decorrer do banquete e teoricamente responsável pela sua prévia planificação. Coordenava o grande número de *resposteiros* nomeados para o serviço da mesa, idealmente em número correspondente aos comensais podendo dividir-se por “*esquadras com um cabo versado no serviço*”<sup>130</sup>. Os reposteiros não podiam “*desamparar o lugar detras das cadeiras*”, nem *tirar ou pôr nada na mesa sem ordens do maître d’hotel*”. São eles que vão buscar as iguarias à Cozinha “*sem nisso fazerem dúvida ou demora*”<sup>131</sup>, o que implica uma boa definição prévia da composição da mesa, que deveria fazer o seu último ensaio na Cozinha e ser disposta na Copa, imediatamente antes de entrar em cena. Para além do *maître d’hotel*, cabia aos copeiros o trabalho especializado das composições efémeras do *Dessert*.. É de supor a sua intervenção na grande composição central, que esteve presente, como *Dormant*, em todas as *cobertas*.

A documentação não nos elucida acerca de quem pudesse ter sido incumbido da responsabilidade de *Maitre d’Hotel*. Sabemos, por outro lado que, em Elvas, estavam presentes quatro copeiros<sup>132</sup>. Não será descabido realçar a presença de Robillion, ou *Rubilhão* (tal como aparece nas folhas de transportes), inseparável dos aparatos decorativos das festas de Queluz. Até onde foram as responsabilidades dos copeiros? Qual o papel de Robillion? Que “*outro tempo*” poderia ter sido aquele em que primorosos compositores “*fizerão brilhar a Corôa de Portugal nas suas funções, que sempre forão luzidissimas*”? Sabemos que, meses antes do Terramoto, as Mesas da *Hospedagem* do Conde de Bacchi, contaram com especialistas em todas estas funções, sendo mesma feita referência ao “*excelente copeiro de Sua Magestade*”.

Também no que toca ao serviço da mesa, nem tudo correu bem, o que à partida nos remeteria de novo para a função do *Maître-d’Hotel*... O Conde de Oeiras revela-nos, em rascunho que não transcreveu para a versão oficial, alguma confusão no serviço da mesa de Estado, “*(...) muito mal servida por não haver huma só pessoa capaz que soubesse servir nem se Ter encarregado a pessoa alguma a d.ª função de sorte que se desgovernavam sem ninguém saber a quem se dirigir, nem quem governava, por este mesmo motivo houve também bastante desordem*”<sup>133</sup>.

Numa época em que a ordem constituía um dos pontos de honra no serviço da mesa, compreende-se o seu constrangimento e a consequente omissão deste facto no relato final. Não nos parece possível tanta desorganização na presença de um experimentado *maître d’Hotel*. Nem mesmo o Desembargador Vilar terá estado presente. O seu nome não consta no livro de transportes da *Jornada*<sup>134</sup>, o que indica que organizou “*todo o trem necessário p.ª as mesas*” a partir de Belém, sem se deslocar a Elvas.

Nos dias seguintes realizaram-se outros dois banquetes, em Vila Viçosa, para a comitiva espanhola, que contava agora com a presença do Conde de Fernan Nuñez, “*embaixador de El-Rey Catholico que hia de ordem do mesmo cumprimentar a Rainha Mãe*”. Desta vez tiveram lugar na *caza da Câmara*<sup>135</sup>, onde haviam sido hospedados os fidalgos espanhóis e onde “*(...) tiverão hua cêa [i.e. jantar] magnificentissima, no meio da meza hum*

<sup>129</sup> “*Cerimonial que se praticou na Hospedagem e Audiências Publicas do Conde de Bachi...Junho de 1755*”, Cf.. IAN/TT, MNE, L.º 148, doc. cit., apresentado por Simonetta Luz Afonso, “*Tables et fêtes de la Cour du Portugal.*”, in: *Versailles et les Tables Royales en Europe*, op. cit., p. 160.

<sup>130</sup> *Idem*.

<sup>131</sup> *Idem*.

<sup>132</sup> “*Despesas que fiz [Vilar] na função de Elvas, Villa Viçosa*”. 1778, IAN/TT, AHMF, Cx. 3742.

<sup>133</sup> BNL, Res. Col. Pombalina, Cod. 692, fl. 156.

<sup>134</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, L.º 885, “*Livro de Receita e despesa da Jornada de Villa Viçosa em 9 de Novembro até 10 de Dezembro de 1778*”. Trata-se do registo da distribuição das pessoas e mercadorias nos respectivos transportes, entre outros, o Conde do Redondo, o Conde de Oeiras, D. Francisco de Menezes Breyner e também Robillion; Domingos de Abreu, cozinheiro, José António Torres, o conserveiro, etc..

<sup>135</sup> Palacete do século XVIII, onde se encontra actualmente instalada a Câmara Municipal de Vila Viçosa.

*sertu de Germain, obra em tudo incomparavel[;] o mais, prata, e comer, vinhos, doces e licores, tudo correspondia*<sup>136</sup>.

Tratava-se, diz oficialmente o Conde de Oeiras, de “... huma Meza de Estado Publica; muito bem preparada e na verd.<sup>e</sup> muito bem servida: Todos os Fidalgos que aqui nos achamos lhe fomos Fazer Companhia e assistir a meza, a qual se passou com grande alegria.” Mas, no seu rascunho, declara que se repetiu a descoordenação no serviço da mesa. “(...) Estando contudo a couza em termos da mesma ou mais confusão da que hove em Elvas [o banquete anterior]; porque também não havia pessoa alguma encarregada de nada, e governandose por consequencia tudo sem ninguem ser responsavel por couza alguma: Sendo porem D. Francisco de Menezes Breyner mais desembaraçado, resolveu a falar a Suas Mag.<sup>des</sup> da desordem que natural.<sup>te</sup> haveria, sendo tudo governado pelos Reposteiros<sup>137</sup> \ou por si só/ e tendo o<sup>138</sup> [Sua Majestade] de alguma sorte deixado obrar esteve assim em melhor ordem.”

Apesar de um final de texto algo confuso, podemos compreender a razão de tanta desorganização no serviço de mesa: este decorreu sem uma eficaz orientação superior. Será possível concluir que de facto não haveria um *Maître-d’Hotel*? Os *reposteiros*, habituados a servir a mesa integrados numa cadeia hierárquica de procedimentos codificados, dependiam dessa orientação para um correcto desempenho das suas tarefas. A intervenção de D. Francisco de Menezes Breyner, Gentil-homem da Câmara da Rainha, e como tal conhecedor do cerimonial e serviço da mesa, por indicação directa da soberana terá imposto alguma ordem na cerimónia. Naturalmente, nada disto transparece para o relato oficial, subtilmente redigido, onde qualquer referência à ordem, ou à falta dela, foi omitida.

No dia seguinte, ainda na “Caza da Câmara”, serviu-se um almoço aos fidalgos espanhóis antes da sua partida, constituindo esse uma Mesa de Estado pública. Era formalmente “hua meza igual á da noite sem embargo de algumas figuras estarem variadas”<sup>139</sup>. Isto é, apesar de ter sido alterada a composição do plano de mesa ou as suas decorações, ou ambos.

O “*sertum de Germain*” parece ter permanecido como centro das duas mesas, estando acompanhado, no banquete nocturno, por castiçais e serpentinas, entre as quais, possivelmente, as quatro de três lumes “*de arvoredos*” («*Du N.º 52*»), que aparecem entre as peças reparadas pelo ourives no rescaldo da *jornada*<sup>140</sup>.

Várias hipóteses se colocam para a sua identificação, dado que podiam contar não só com os dois inquestionáveis centros Germain, mas com os dois outros, com a figura de Ceres, provavelmente da mesma oficina. Não cremos que se tratasse de um destes últimos, presentes em Elvas, pois, no registo do transporte da prata para estas cerimónias, verifica-se que houve uma divisão entre aquela encaminhada para Elvas e a que seguiria para Vila Viçosa<sup>141</sup>. Na “*obra em tudo incomparavel*” apresentada em Elvas podemos reconhecer o *Prato do meio* da Baixela, mas o mesmo podemos afirmar em relação ao grande *Surtout* do Duque de Aveiro.

Terminadas as cerimónias tudo regressava a Lisboa, para devolução aos locais de origem. No regresso ao Paço de Belém detectamos o pagamento dos “*Carretos do caes p.º o Passo [,] dos Caxoens da prata e também da de Queluz de tudo.*” Foram necessárias duas

<sup>136</sup> *Roteiro exactissimo...*, op. cit., p. 29.

<sup>137</sup> O *Reposteiro* era um oficial da Casa Real, responsável de guardar, móveis, prata, roupas e outros objectos, copeiro, guarda da copa. s.v. “*Reposteiro*” in: Francisco Solano Constâncio, *Novo Dicionário Critico e Ethimológico da Lingua Portuguesa*, 2.ª ed., Paris, Angelo Francisco Carneiro, 1844, p. 846.

<sup>138</sup> Texto intercalado e rasurado no original: “por consequencia sua Mag. encarregado de si, deu muito boa conta de si nesta n[oi].<sup>te</sup>”

<sup>139</sup> *Roteiro exactissimo...*, op. cit., p. 31.

<sup>140</sup> Cf. IAN/TT, AHMF, Cx.3596, recibo N10, doc. cit.

<sup>141</sup> Cf. IAN/TT, AHMF, Casa Real, L.º 885, “*Livro de Receita e despeza da Jornada de Villa Viçosa em 9 de Novembro até 10 de Dezembro de 1778*”.

viagens do “Azamel (...) que levou a Queluz os trez caxoens da prata pertencente ao Sertum de Queluz”<sup>142</sup>.

Agostinho Gomes, Almoxarife deste Paço, na correspondência imediata que troca com Vilar, transmite-lhe que o “...Certum de cá [do Paço de Queluz] tão bem veyo com hum pessa quebrada.”<sup>143</sup>. Sebastião Bernardes, como ourives da Casa do Infantado, tê-lo-á consertado e não António Rodrigues Leão, uma vez que o Surtout de Queluz não consta no recibo apresentado pelo ourives da Casa Real<sup>144</sup>. Era habitual o conserto das peças de Queluz ser pago com verbas do Almoxarifado da Quinta de Queluz.

No expediente de João Rodrigues Vilar em Agosto de 1779, nove meses depois, aparece finalmente a nota do arranjo da baixela: “Despendi com Antonio Rodrigues de Leão pela despeza que fez no concerto e limpeza da Baxella de prata que serviu na função de Villa Visoza e Elvas”<sup>145</sup>. O próprio ourives indica no título do recibo “as pessas de Prata da Bachela que se arruinarão e quebrarão na Jornada de Villa Viçoza (...) a qual toda se Consertou e se pos como na hora em q. foi acabada: isto he branca e lustrada”.

Constata-se o restauro de peças bem reconhecíveis da Baixela Germain: quatro galheteiros “com suas fulhagens” («Du N.º 57»), dois especieiros com “Figuras de rapazes com Suas conchas nos Collos Soltas que se soldarão e se consertarão nos m.<sup>mos</sup> lugares” («Du N.º 61»), as quatro serpentinas de arvoredos com o “pé de huma quebrado em várias partes q. Se concertou (...) e as das figuras dos rapazes q. Goarnecem tudo feito de novo”( «Du N.º 51»), três tampas de terrinas “com Seus pássaros, e estes com as pernas quebradas e alguma guarnição” (Cf. «Du N.º 1, 3, 5, 7» )<sup>146</sup>.

A par, surgem as da Baixela do Duque de Aveiro: “Duas tampas de terrinas com remates de Laranjas com suas fulhagens” (N.ºs 100 e 101, Inventário do Sequestro...) <sup>147</sup>, a que já fizemos referência, e “dois Surtuns q. Se Consertarão hum delles com hum quartelha quebrada (...) e a tampa delle toda amassada e quebrada quazi em termos de Se fazer hum nova a q.<sup>al</sup> se Consertou e bem, e em partes foi de novo lavrada”. Provavelmente podemos ler nos dois Surtuns o par de “Surtouts Ceres”.

Vemos também, no mesmo documento de Rodrigues Leão, a preocupação em tirar os riscos “de seis pratos de guardanapo todos riscados nos fundos com faccas q. tudo se lhe tirou e se pullira de novo”.



Fig. 5. Tapa de terrina (pormenor) PNA inv. 5352

<sup>142</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx. 3593, Dezembro de 1778.

<sup>143</sup> *Idem*, Queluz, 11 de Dezembro de 1778.

<sup>144</sup> Cf. IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx. 3596, N10, Novembro de 1778, “(...) Pessas de Prata da Bachela que se arruinarão e quebrarão na Jornada de Villa Viçoza em Novembro de 1778. António Rodrigues Leão”.

<sup>145</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx. 3596.

<sup>146</sup> Cf. Tabela Comparada e respectivo comentário para dados suplementares sobre estas peças.

<sup>147</sup> Referidas, no Inventário e Sequestro com os N.ºs 100 e 101 “tampa de gomos de rebacho e no meyo uma laranja com folhas”. Cf. Luis Bivar Guerra, *op. cit.*, p. 42.

#### 4. Serviu nos cinco dias em que “comeram as pessoas reais em publico”, nas *Passagens dos Sereníssimos Infantes de Espanha e Portugal* no Paço Ducal de Vila Viçosa, Maio de 1785.

Apenas voltaremos a reencontrar a Baixela Germain em Maio de 1785. As *Passagens dos Sereníssimos Infantes de Espanha e Portugal* constituíram, sem dúvida, ocasião para o mais importante episódio oficial da mesa de aparato no reinado de D. Maria I.

Os Infantes, D. João, e D. Carlota Joaquina de Bourbon, D. Mariana Vitória e D. Gabriel de Bourbon protagonizam estas cerimónias. Eis-nos, pois, no palco do encontro de duas famílias reais, duas comitivas, que justificariam cinco dias de refeições públicas da família real. “Bem pode V. Exa julgar o que aqui será preciso para hospedarmos a tantos, e tão distintos hospedes”<sup>148</sup>, preocupava-se o Guarda-jóias, João Pinto da Silva, um ano antes, na correspondência que manteve com o embaixador D. Vicente Sousa Coutinho, para garantirem as indispensáveis e numerosas encomendas de enxoval e cerimónias, onde se incluía prata de mesa – 12 salvas grandes e 12 “*dittas pequenas*” e gomis de “*Agoas às mãos*”<sup>149</sup> – que deveria completar aquela já existente. Estava longe o tempo em que a corte se dirigia à oficina Germain. Um novo ourives, Robert-Joseph Auguste<sup>150</sup>, ocupara o seu prestigiante lugar, apresentando obras de uma grande pureza de linhas que traduziam o novo espírito neoclássico.

A preparação das recepções começou com alguma antecedência, também na repartição de Vilar. Voltamos a detectar em Belém a agitação que precedia as grandes cerimónias, assegurando provimentos da Ucharia, Cozinha e Copa, bem como o *trem* das mesas. Entre muitas outras, em Março recebeu a conta das encomendas feitas a Guilherme e João Diogo Stephens de “(…) 350 Frascos quadrados p.<sup>a</sup> os licores p.<sup>a</sup> as passagens (...), 10 galhetas p.<sup>a</sup> huma baxella de Prata”<sup>151</sup>. A António João Baptista Charlier, da Real Fábrica de Cutelaria, é incumbida a tarefa da *Alempação de dezoito duzias de facas [de] cabos de prata p.<sup>a</sup> a menza e Seis ditas de trinxar, todos p.<sup>a</sup> o Serviço da Real Caza de Sua Magestade*”<sup>152</sup>.

Desloca-se para Vila Viçosa um impressionante “exército” de servidores da Casa Real e também do Infantado. Uma pesada hierarquia desdobra-se ao longo das folhas dos pagamentos das ajudas de custo<sup>153</sup>, das várias repartições ligadas à mesa. Foram nomeados 61 *Reposteiros Particulares e ordinários; mossos da mantia e mossos da prata*, sob as ordens do Mantieiro, José Caetano Sérgio de Andrade; a Cozinha foi confiada a Mestre Domingos de Abreu, acolitado por 16 cozinheiros, 26 ajudantes de cozinha e 39 *mossos* de cozinha; para a Copa foram nomeados 6 *conserveiros*, para além dos 6 *conserveiros criados* dos quais fazem parte José Henriques e José António Torres, assim como “9 *conserveiros que trabalharão no gelo*”. Servirão ainda 7 *varredores* do Paço de Belém, 5 criados de Queluz, e outros ainda. Deste verdadeiro batalhão ao serviço da mesa destacamos a presença de dois importantes copeiros da época: De Guernel e Brás Troiano, Robillion morrera em 1782.

Seguem neste cortejo – que se dirige de Belém a Aldeia Galega<sup>154</sup> (Montijo) por via fluvial e segue depois por terra para Vila Viçosa – várias caixas da *Prata do Desembargador* e da *Prata de Queluz* e do *vinho do Desembargador*. Todas estas caixas, “por serem m.<sup>to</sup> grandes e terem m.<sup>to</sup> pezo e as Bestas não poderem com elas”<sup>155</sup>, seguem em mais de sessenta carros de bois escoltados por um cabo e soldados.

<sup>148</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, L.º 2990, Cf. 1 de Novembro de 1784.

<sup>149</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, L.º 2990. Cf. 1 de Novembro de 1784.

<sup>150</sup> Robert-Joseph Auguste (1757- 1795) Importante ourives da segunda metade do século XVIII,

<sup>151</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx. 3608, N.º 20, 1785 Vd. Nota Stephens.

<sup>152</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx. 3607, N.º 8, 1785 Existem actualmente 120 facas. As facas de trinchar, desaparecidas, eram de facto 6 e foram fundidas com os restantes garfos e colheres grandes de serviço, vid tabela

<sup>153</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx. 3139.

<sup>154</sup> *Aldeia Galega*, Ponto de chegada da travessia do Tejo, teve um importante papel de escala entre Lisboa e o Alentejo. Tomou o nome de uma mulher chamada Alda Galega, Vd. Pinho Leal, *Dicionário de Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1873, p. 85.

<sup>155</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, L.º 886.



No dia 8 de Maio, chegou D. Carlota Joaquina de Bourbon ao Paço Ducal de Vila Viçosa. Depois de uma cerimónia religiosa, teve lugar o grande banquete que celebrava o acontecimento. A *Gazeta de Lisboa* informa que “(...) toda a Real Família jantou em público: cerimonia, que se não havia praticado desde os Reaes Desposórios do anno 1729. A família e comitiva Hespanhola jantou em varias mezas d’Estado, servidas com magnificencia, profusão e delicadeza, guardando-se na distribuição das pessoas a ordem, que se havia observado na jornada.”<sup>156</sup>

Rigorosamente, não poderíamos aceitar a afirmação da *Gazeta* acerca do lapso de tempo sem refeições públicas, pois sabemos que as houve. O que o autor terá querido frisar será o carácter extraordinário de sucessivos dias de refeições públicas, com a presença de membros das duas famílias, o que de facto apenas acontecera em 1729<sup>157</sup>.

Para um relato mais completo com menção à Mesa Real – o que é extremamente raro, não será demais repeti-lo – recorremos a um documento até agora desconhecido: o “*Diário Das passagens dos Sereníssimos Senhores Infantes...*”<sup>158</sup>.

Nesse dia 8 de Maio, “Acabado [o Te Deum] forão todos p.<sup>a</sup> o jantar [i. e. almoço] nestes dias todos ate a Quinta fr.<sup>a</sup> comerão as pesoas reaes em publico Servindo-os à Meza os Fidalgos Criados, e a roda da Caza estavam todos os Fidalgos q. se achavão nesta V.<sup>a</sup> [vila] tanto Portuguezes como Hespanhoes, em todo o tempo q. os Ss<sup>res</sup> estavam a Meza tocavão os Timbaleiros e Trombeteiros postos em huma Varanda que tem a Caza do Jantar.(...)”<sup>159</sup>.

O privilégio de servir a mesa da Família Real era reservado a Camaristas da Rainha, que detinham os cargos superiores da Casa Real. São referidos ao longo deste *Diário* os Gentis-homens da Câmara que cumpriram esse ministério sob aviso da Rainha. Assim, o Conde de Cantanhede<sup>160</sup> e D. Francisco de Menezes Breyner “meteram o comer na mesa” no almoço do segundo dia. Lembramos a intervenção deste último, em 1778, em socorro da boa ordem da Mesa de Estado. Cumpriram o ofício de “trinchantes”, a quem competia preparar e distribuir as iguarias pelos pratos: “as que El Rey quer comer pede ao trinchante e elle tirará do prato o que el rey lhe disser, e não lho dizendo, escolherá o que lhe parecer melhor, e o chegará a El Rey, e tornará a tirar os mesmos pratos em que El Rey comeo”<sup>161</sup>.

Como previsto, segundo o *Cerimonial*<sup>162</sup> que regulava os procedimentos do ritual da mesa, as iguarias haviam sido trazidas da Cozinha para a Copa. O Vedor procedia então ao importante acto da *salva* dos alimentos, estes só passavam para a mesa, após indicação do mesmo. Depois de colocada a primeira *coberta*, *Suas Majestades e Altezas* iam para a mesa. Procedia-se então à benção da mesa pelo Bispo Capelão–mor, seguindo-se o ritual de “*dar água as mãos*”, função que igualmente competia aos trinchantes. Estes deitavam água nas mãos de *Suas Majestades* e depois nas de *Suas Altezas*, segurando o gomil com a mão direita e

<sup>156</sup> *Gazeta de Lisboa*, Maio, 1785.

<sup>157</sup> Em 1729 realizou-se no Caia a primeira “Troca de Princesas”, sobre as refeições públicas da primeira metade do século XVIII em Portugal vd. António Filipe Pimentel, *La Politique à Table. (Més)aventures du Repas Public à la Cour de Jean V, Op.cit.p.138*

<sup>158</sup> IAN/TT, Miscelânea, n.º 1132, “*Diário Das passagens dos Sereníssimos Infantes de Espanha e Portugal celebradas na Corte de Villa Viçosa no dia 8 de maio de 1785*” (anónimo).

<sup>159</sup> *Idem*, op. cit., fl. 233.

A *caza de jantar* faz parte das *acomodações necessárias*, que tiveram arranjos por ordem D. Maria I, tendo em vista este acontecimento. Cf. BA, Doc.s Avulsos, nº130, Ofício do Visconde da Lourinhã p. Martinho Melo e Castro. Set.1784 “Mande tirar a planta de todas as acomodações superiores e inferiores do Real Paço de Villa Viçosa(...) para que pondo-a na Real Presença de sua Magestade possa a mesma Senhora rezolver avista dellla o que for servida, na mesma certeza de que o sobredito Paço, tem as acomodações necessárias (...)”

<sup>160</sup> D. Diogo José de Vito de Menezes Coutinho (1739-1803) 5.º Marquês de Marialva ( 17/12 /1785), 7.º Conde de Cantanhede. Estribeiro mor, gentil-homem da câmara da rainha, conselheiro de guerra V. Zuquete, op. cit. 721.

<sup>161</sup> BNL, Res. Fundo Geral, Cod. 8810, “*Regimento sobre o modo com q. deve ser servida a pessoa Real*” (gravado na lombada: *Cerimonial da corte de D. Pedro II*) n/d. Citado por Diogo Ramada Curto, “*Ritos e cerimónias da monarquia em Portugal (séculos XVI a XVIII)*”, p.228

<sup>162</sup> Não caberá no presente trabalho desenvolver o *Cerimonial* da “*Comida em publico*”. Sobre este assunto vd. BNL, Res. Fundo Geral, Cod.8810; “*Procedimentos a serem cumpridos pelos Criados da Casa Imperial*”, S.I., s.d., relativos a “*Comida em publico*”, Cf. IAN/TT IAN/TT, Mf. 98, Doc. II-30, 24, 19. Este documento pertence ao núcleo de documentação da Biblioteca do Rio de Janeiro, incorporado recentemente no IAN/TT ao abrigo do “*Projecto Reencontro*”. Vd. também Diogo Ramada Curto, op. cit., p. 239; António Filipe Pimentel, op. cit.; Ana Marques Pereira, op. cit., p. 12-13 e 42-43.

a bacia com a mão esquerda. O Vedor entregava as toalhas de limpar as mãos que vinham numa salva.

Retomando o relato do *Diário*, acrescenta-se que “os Fidalgos que servirão a Meza não tinham lugar distintivo no Serviço e lugares privativos dos Officiaes da Caza Real”, o que pode traduzir a preocupação em deixar claro que as funções que exerceram ao serviço da Mesa Real, não tinham carácter distintivo nem tão pouco assumiam ofícios titulares como o de Trinchante-Mor, (Conde da Cunha) e Copeiro-Mor (Conde de Vila Flor)<sup>163</sup>. É interessante o caso do Marquês de Louriçal<sup>164</sup>: Embaixador português na corte de Madrid, foi “feito Gentil homem da Câmara da Rainha (...)”, no quarto dia das *Passagens*, recebendo a sua “chave toda de ouro”<sup>165</sup>, insígnia do cargo, e “servindo já a mesa [no próprio dia] (...) como Camarista”<sup>166</sup>.

Sobre a Mesa Real, no primeiro dia destas importantes cerimónias, “... havia hum Deser (leia-se peças centrais) todo dourado, e a roda dos Platós [plateaux ou tabuleiros] figuras de prata douradas magnificamente. (...)”<sup>167</sup>.



Fig. 6. Gamil PNA inv. 10588

Dominava a elegância das figuras, representando pares de diferentes nações, obra de Nicolas Cousinet. Acompanhavam as linhas de configuração dos *plateaux*, marcando o desenho que estes compunham sobre a mesa. A Coroa dispunha de “tabuleiros para a mesa de Dessert com suas pertenças”<sup>168</sup>, com base de vidro como era habitual nos *plateaux*. Será possível estabelecer uma correspondência entre estes *plateaux* e “pertenças”, aqueles dispostos na Mesa de Vila Viçosa e as peças do *Dessert* que encontramos a serem limpas e douradas por Jozé Dias Mestre *Doirador*<sup>169</sup> em Novembro do ano anterior, altura em que já se preparava este acontecimento? Estas últimas incluíam molduras e pés de tabuleiros e, também, entre outros elementos, três peças grandes guarnecidas de ramos, de entre as quais uma é destacada como sendo a do meio da mesa.

<sup>163</sup> Sobre os ofícios superiores da Casa Real vd. Nuno Gonçalo Freitas Monteiro, *op. cit.*, p. 530.

<sup>164</sup> D. Henrique de Meneses (1727-1787), 3.º Marquês de Louriçal, 7.º Conde da Ericeira, Gentil-homem da Câmara da Rainha, Cavaleiro do Tosão de Ouro de Espanha, Comendador da Ordem de Cristo. Embaixador em Madrid, responsável pelas negociações que precederam os casamentos dos infantes de Portugal e Espanha. Vd. Zuquete, *op. cit.*, p. 701.

<sup>165</sup> Esta chave era presa com presilhas acima da algibeira. Para uma representação da chave de ouro Vd. Jean Baptiste Debret, *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, São Paulo, Livraria Martins, vol. II, p. 192, est. n.º 19.

<sup>166</sup> *Diário das passagens...* doc. cit. p. 240

<sup>167</sup> *idem*, p. 233

<sup>168</sup> Luis Bívar Guerra, *op. cit.*, p. 234.

<sup>169</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx. 3606, n.º 15.

Na mesma sala “(...) Estvão [6] aparadores luzidam.<sup>e</sup> servidos de prata dourada, e vidros dourados<sup>170</sup>”. Aí se dispunham as peças necessárias ao serviço da mesa. Estreavam-se os gomis e bacias “de água às mãos”, assim como as salvas douradas para apresentação de bebidas, realizadas por Robert-Joseph Auguste<sup>171</sup>, fruto das referidas encomendas do guarda-jóias com orientação de D. Vicente de Sousa Coutinho. Pratos e faqueiros dourados, para o serviço da última *Coberta*, o *Dessert*, estariam também entre as peças dispostas sobre os aparadores.

Apercebemo-nos de que o *Dessert* foi servido na mesma mesa, talvez por razões logísticas, tendo em conta a relativa limitação de salas e de elementos decorativos para o grande número de mesas, servidas em cinco dias de refeições públicas. Foi, seguido um plano de mesa no qual o centro permaneceu como *Dormant* ao longo das várias *Cobertas*. Procedia-se então, apenas, à substituição dos pratos de serviço respectivos, que se dispunham em seu redor.

Terminada a mesa real “(...) entrou a Corte toda para huma Sala contigua à Meza dos S.<sup>ts</sup> onde estava a Meza de estado P.<sup>a</sup> ser servida a Corte, Magnificam.<sup>e</sup> ornada e pronta de todo o necessário (...)”, com “Hum Riquissimo Dezer de prata com figuras de lousa da saxonía, era a d.<sup>a</sup> Meza de 60 palmos de cumprimento [...metros] e igual largura acomodando no seu âmbito 52 pessoas das duas Cortes.”

A mesa, quadrada, para 52 pessoas, estava *Coberta* de tafetá carmesim<sup>172</sup> e sobre ela uma toalha branca adamascada. Ao centro conjugava-se a prata, de um centro que se diz ser riquíssimo, com a porcelana de várias figuras. Torna-se difícil identificar a obra de prata, até mesmo no que se refere à sua tipologia. A designação de *Dessert* para as composições decorativas é demasiado abrangente. Poderia ser o grande *Surtout* do Duque de Aveiro, que sabemos ter seguido nesta Jornada? Ou tratar-se-ia de um centro de *plateaux*, dado que se conjuga com figuras de porcelana de Saxe? O tabuleiro e pianhas do *Certum Grande de prata* de Queluz, poderia ser utilizado como base para a disposição das ditas figuras? De entre a porcelana de Belém e Queluz, muitos são os conjuntos que se poderiam dispor sobre a mesa, enriquecida pelas decorações efémeras do “francês [copeiro Guernel] que veio por as mesas de estado”<sup>173</sup>. Várias outras mesas foram preparadas para a restante corte portuguesa e comitiva espanhola.

O cronista do *Diário das Passagens* surpreende-nos ao mencionar, em diário oficial, em vários passos, a figura de João Rodrigues Vilar. Saindo dos bastidores, fica elogiosamente expressa a sua responsabilidade quanto à mesa, mais abrangente e mais próxima do que podíamos supor pelas despesas que regista. A sua intervenção, já no espaço e duração do banquete, é enaltecida no caso específico da Mesa de Estado “magnificamente ornada e prompta de todo o necessario (...) debaixo das Ordens e Intendência do Dezembargador João Roiz [Rodrigues] Vilar, que nesta Função [banquete] se especificou com notável acerto de todas as suas ordens, merecendo muito bem o epiteto de um grande servidor da rainha.”<sup>174</sup>

Poderá ser bem sugestiva a confrontação deste trecho com os reparos do Conde de Oeiras, anos atrás, em 1778, indignado com a desordem verificada no serviço das mesas “porque não havia pessoa alguma encarregada de nada, e governandose por consequencia tudo sem

<sup>170</sup> Vilar comprou um serviço de copos adiamantados e dourados para 12 pessoas a Gaspar Miller e Companhia. Cf. IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx. 3608, recibo n.º 7, “Conta dos vidros que forão para o serviço de Sua Magestade”.

<sup>171</sup> Cinco gomis com bacias (MNAA, inv.ºs 1807-1808; 1809-1810) e uma salva (MNAA, inv.º 1948) integram hoje as colecções do Museu Nacional de Arte Antiga; duas salvas (PNA, inv.ºs 10550-10551) pertencem ao acervo do Palácio Nacional da Ajuda. A Casa Real da Suécia conserva alguns exemplares legados por D. Amélia de Leuchtenberg, segunda mulher do Imperador D. Pedro I. Sobre estas peças vd. Leonor d’Orey, *A Baixela da Coroa Portuguesa*, op. cit., pp. 136 142, 206 e 212.

<sup>172</sup> Cf. IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx. 3608, “Despesa que se fez com o mestre, e ofesiais de alfaiate q.trabalharão na fatura dos panos para cobrir as menzas de estado e seos aparadores (...)”.

<sup>173</sup> Sobre as despesas do copeiro Guernel vd. *dessert*

<sup>174</sup> *Diário das Passagens*, op. cit., p. 233.

*ninguém ser responsável por couza alguma.*”<sup>175</sup> Igualmente sugestivo será constatar o facto de Vilar não ter estado presente em 1778, ao contrário do que acontece nestes dias<sup>176</sup>.

D. Frei Manuel do Cenáculo, Bispo de Beja e destacada personalidade da corte, esteve presente nos cinco dias destas cerimónias, relatadas por quem de perto o acompanhou e que não deixou de fixar os momentos ligados à Mesa<sup>177</sup>. Elogia, nesse primeiro dia, a “*Meza de estado que foi rica bem assistida, abundante, exquisita, e delicada só de vinhos houverão as qualidades seguintes = Pontac, Lafit, Bordeaux, Coberton, Coberotie, L’Ermitage, Borgonha, De Grave, Champanha tinto e branco, De Rim, De Mafreli, Setubal tinto, Porto Monção, Porto Maduro, Do Pico, Carcavelos, Chamusca tinto, Florença, serveja, sidra, Para o Dezer os seguintes. Chateau, Pontignac branco, Xerez, Porgeretta, Malaga, Madeira Seco, Malvazia, Xipre, Setubal branco e tinto, do Cabo branco e tinto, ToKai*”. Os “vinhos do Dezembargador” como se regista no livro de transportes desta jornada.

O Bispo, presenciara o “*jantar que a Raynha fez em público*”, apressando-se o cronista a testemunhar que aquele “*louvou muito as maneiras e decencia do Principe na Meza*”<sup>178</sup>, cumprindo este a dignidade de representação que a ocasião impunha e cujos códigos de civilidade certamente teriam constituído um ponto importante na sua formação.

Conta o mesmo cronista que, no terceiro dia, “*quaze pelas duas horas mandou S. Ex.<sup>a</sup> [Frei Manuel do Cenáculo] á pressa por hum Archeiro chamar a Familia [...] p.<sup>a</sup> hirem ver jantar os Senhores em publico q. foe hum favor mt.<sup>a</sup> distincto.*”

Este raro privilégio concedeu-nos também um precioso testemunho, de quem não escondeu o deslumbramento do espectáculo a que assistiu. “*Jantarão em huma magnifica Caza tapessada de Riquissimos Panos da Fabrica de Gobelim ornada de mtas Placas tres Candieiros de Cristal, coberto o pavimento de Alcatifas da Persia. A Meza era riquissima cuberta de preciosas toalhas com delicada cercadura. No meio hum rico e mto mimozo Ramalhete adornado de galantes feitios de Saxonia rodeado de dezasseis Figuras de prata dourada, dous talheres de galhetas por forma de barcos nadando em ondas fingidas ao natural, e tendo com galanteria mastros e bandeiras; tudo obra do ensigne Artífice Frances Germain, o mais famozo q. até agora tem havido, e de q. são muito estimadas as obras. Estava a caza cercada de Seis Aparadores carregados de Prata dourada e de louça da Saxónia. Era tudo tão rico q. o Secretário de Estado Martinho de Mello o q.<sup>1</sup> [qual] tem visto as Cortes polidas da Europa confessou, q. não tinha visto Meza em q. houvesse tanta prata de Germain. Havia mais em diferentes grandes Cazas m.<sup>ts</sup> [muitas] Mezas de Estado em q. jantavão os fidalgos Castelhanos e Portugueses tambem muito ricas. Em huma só havia doze grandes terrinas de prata.*”<sup>179</sup>

Num novo ambiente, as célebres dezasseis figuras de pares dançantes, que já haviam ornamentado a Mesa Real do primeiro dia, voltam a ter um lugar de destaque. Integrado num “*dossel de mesa guarnecido de Latão dourado e flores de Lousa*”, o “*Sortum grande que tem assafate de Lousa em Sima*”, era uma das principais obras decorativas com porcelana de Saxe de que a Coroa dispunha, guardada em Belém com as duas principais baixelas de prata. Seria este o *mimoso ramalhete*? Podia ainda combinar-se com dois outros centros mais pequenos, guarnecidos de flores, sendo possível integrar harmoniosamente muitas outras peças glosando motivos de flores como castiçais, vasos de flores, ou palmatórias<sup>180</sup>. Provinham, todas estas obras, dos bens do Duque de Aveiro. O que terá observado o cronista? Apenas o dossel com os

<sup>175</sup> Itinerário da Jornada de Villa Viçosa (...), 1778, op. cit.,

<sup>176</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, L.º 886, Livro de Receita e Despesa da Jornada de Villa Viçosa de 22 de Abril até 8 de Junho de 1785. Neste livro vem registado o transporte que coube a João Rodrigues Vilar

<sup>177</sup> BPE, Diário de Fr. Manuel do Cenáculo Villas Boas Bispo de Beja e Arcebispo de Évora. (Capilha) Jornada que fez a Vila Viçosa pelo casamento dos príncipes o Bispo de Beja. Tomo 3, 1784-1788, XXIX, 1-19.

<sup>178</sup> Idem, fl.117 v.

<sup>179</sup> Jornada que fez a Vila Viçosa pelo casamento dos príncipes o Bispo de Beja .doc.cit..fl.118v.

<sup>180</sup> Luis Bívar Guerra, Inventário e Sequestro..., op. cit., p. 93, N.ºs 4 e 5.



seus ornamentos de flores? O *assafate* [cesto] de porcelana sobre elevado adornado de flores e vasos de *jacintos e mauritanas*? Uma profusão de elementos?

Felizmente tocado pelo labor dos galheteiros em forma de barco da Baixela Germain, o cronista revela-nos, inesperadamente, a presença destas peças sobre a Mesa Real, atardando-se a transmitir-nos os pormenores que nestas mais o impressionaram. Elogia por fim, todas as obras de ourives, incluindo as figuras de Cousinet, como sendo da autoria do *insigne Germain*, o mais famoso e mais estimado como afirma. Chega a comentá-lo com o Secretário de Estado Martinho de Mello e Castro<sup>181</sup>, conhecedor das “*cortes polidas da Europa*”, e mais do que isso, acrescentamos nós, possuidor de importantes peças da mesma oficina<sup>182</sup>. Também ele confessa, segundo o autor, nunca ter visto “*Meza em q. houvesse tanta prata de Germain*”.

Que comentários teceria o Secretário de Estado sobre as doze grandes terrinas que o impressionado cronista viu, noutra sala, numa só mesa? Que autores, que proveniência teriam?

Certo é que os três grandes conjuntos de prata de Belém e Queluz serviram nestas cerimónias.

A Família Real sentada à mesa, cenário público para quem tinha o privilégio de assistir, mas velado nas descrições dos cronistas, foi sem dúvida observado pela primeira vez pelo acompanhante de D. Frei Manuel do Cenáculo, e através dele também por nós: “*Os Senhores se sentavam pelas ilhargas [lados] da Meza. A Rainha de huma parte no meio, á sua direita a Princeza [M<sup>a</sup> Francisca Benedita], e a Sra. Infanta D. Mariana Victória, e á Esquerda a Snra. D. Carlota e a Sra. D. Mariana D’outra parte El Rey no meio, á Direita o Snr. D. João e á Esquerda o Principe [D. José] p. ficarem os Senhores de frente dos Senhores*”<sup>183</sup>.

<i>Infanta D. Mariana Victória</i>	<i>Princesa [D. Maria Francisca Benedita]</i>	<i>Rainha D. Maria I</i>	<i>D. Carlota Joaquina</i>	<i>Infanta D. Mariana</i>
	<i>Príncipe [D. José]</i>	<i>Rei D. Pedro III</i>	<i>Infante D. João</i>	

Na mesa da Família Real os lugares principais são ao centro de cada um dos lados da mesa. De um lado a Rainha, dando a direita à Princesa e à Infanta D. Mariana Victória e a esquerda às Infantas D. Carlota Joaquina e D. Mariana (irmã da rainha). Em face da Rainha, o Rei ocupava o lugar central do outro lado da mesa. Ressalvando alguma ambiguidade na descrição, daria a direita ao Infante D. João e a esquerda ao Príncipe<sup>184</sup>, o que poderá parecer estranho. Talvez por isso o cronista acrescente: para ficarem “*os senhores de frente dos senhores*”.

<sup>181</sup> Martinho de Mello e Castro (1716-1795), Conde das Galveias, Embaixador nas cortes de Londres (1755) e de Paris (1763) e depois Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos de D. José e de D. Maria I.

Em dias de solenidade nacional, na qualidade de Secretário de Estado, convidava a nobreza e o corpo diplomático para um banquete que normalmente tinha lugar no Palácio das Necessidades, em honra dos soberanos.

<sup>182</sup> Duas terrinas de Thomas Germain que lhe pertenceram, integram hoje as colecções do Paul Getty Museum (Malibu, Califórnia). Sobre estas peças vd. *Catálogo da Exposição de Obras de Arte Francesas*, op. cit., pp. 64-65 e 80-83. Vd. também Leonor d’Orey, *Dispersed Objects...*, op. cit., p. 153-155 e 162. Vd. ainda Christiane Perrin, op. cit., pp. 96-98.

<sup>183</sup> *Jornada que fez a Vila Viçosa pelo casamento dos príncipes o Bispo de Beja .doc .cit*, fl.118

<sup>184</sup> Estranhámos o cronista não referir o Infante D. Gabriel, também se encontraria presente em Vila Viçosa.

Na Mesa Real que, em Outubro de 1708, celebrava a chegada a Portugal de D. Maria Ana de Áustria, a Família Real sentava-se apenas de um dos lados da mesa<sup>185</sup>. A partir de meados do século, fora introduzido na Casa Real o uso de uma mesa mais larga, dispondo-se os lugares de ambos os lados. É conhecido o momento de viragem, patente no Cerimonial, regulado pelo Marquês de Pombal, que presidiu à mesa do Embaixador Conde de Bacchi<sup>186</sup>, muito embora se tratasse de uma Mesa de Estado e não de uma Mesa Real. Na mesa do dito Embaixador, a cabeceira, marcada pela presença de um dossel, constituía o lugar principal, que lhe foi naturalmente reservado, dando a direita ao Vedor da Casa Real na mesma cabeceira, cujo canto era cortado como os demais. O lugar principal encontrava-se na cabeceira, ao contrário do que se observa na Mesa Real pois, neste caso particular, o Conde de Bacchi assumia uma posição ímpar na mesa da sua *Hospedagem*. Assim, os dois lados eram ocupados, sem qualquer precedência, pelos vinte e três fidalgos convidados para a sua mesa.

No dia 12 partia, finalmente, a infanta D. Mariana Victória para Espanha: “(...) a Rainha mandou que pella huma ora havia [de] partir a Sra. Infanta e que pellas onze e meia se havia de jantar [i.e. almoçar], cujo jantar se fes em duas oras e meia com a Assistencia na Cozinha do Dez.<sup>or</sup> Jo.<sup>oo</sup> Roiz Vilar que estava animando e determinando os officiaes sendo Copa e cozinha tudo Servido junto, porem isto não obstante fez admiração que em tão pouco tempo se concluisse hum jantar tão magnífico.”<sup>187</sup>

Porque estava previsto ou por ser necessário apressar a partida, como se depreende da leitura do Diário, optou-se, pois, por servir a última refeição em *ambigu*<sup>188</sup>, fórmula que em muito simplificava o serviço, não se descurando todo o aparato da sua disposição e decorações a cargo dos dois importantes copeiros, Brás Troiano<sup>189</sup> e Guernel<sup>190</sup>.

Aquelas que foram as cerimónias de maior requinte da mesa do reinado de D. Maria I concluem-se aparentemente com o maior êxito, para o qual contribui singularmente a acção coordenadora de João Rodrigues Vilar.

No rescaldo das *funções* de Vila Viçosa, as despesas do seu expediente, incluem o “Conserto da prata que veio aroinada da jornada de Villa Visoza”<sup>191</sup>, recibo apresentado por António Rodrigues Leão, em Agosto do mesmo ano. Entre consertos de dez serpentinas com muitas *folhages* que as *guarneciam* e um castiçal dos ricos, destaca-se o de “Hum sertum rico bem arruinado com m.<sup>ta</sup> folhage cobrada e algus cachos, e hua pessa do meio cobrada que se fes nova, e pezou hum marco e duas onsa de prata de onze Rr.<sup>es</sup> que emporta a 800 Reis o marco, emporta em .... 8\$500”. O grande *Surtout* do Duque de Aveiro, regressa manifestamente danificado da viagem e o ourives informa que para o seu restauro foi necessário adquirir prata. Curiosamente, subcontratada pelo ourives, Maria Thereza de Oliveira, assina a despesa feita com a limpeza de “Oito Terrinas (...) Oito pratos (...) [e] Huma pessa de feitio de canoa [galheteiro-barco]”<sup>192</sup> da Baixela Germain.

Nitidamente conjugado com a restante prata de aparato da Casa Real e Infantado, este grandioso serviço de mesa contribuiu, sem dúvida, para “toda a decencia, propriedade e

<sup>185</sup> Cf. “Forma como há de ser a meza, em que hão de comer em publico Magestades e Altezas quando vier a Rainha Nossa senhora, e a maneira que há de ser servida”, publicado por Ana Marques Pereira. Constitui, até hoje, a única representação gráfica portuguesa que se conhece de um plano de mesa do século XVIII. Cf. Ana Marques Pereira, *op. cit.*, p. 39.

<sup>186</sup> Cf. *Cerimonial que se praticou ...*, *op. cit.*

<sup>187</sup> Cf. *Diário das Passagens ...*, *op. cit.*, fl. 241.

<sup>188</sup> *ambigu* vid. nota

<sup>189</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx. 3607, “Despendi com Braz Troyano pelo emporte das despesas que fez para a copa na função de Vila Viçosa” e IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx. 3607, recibo n.º 6, *Relação dos generos que foram p.º a Copa do Real Palacio de Vila Viçosa; por ordem do S.º Braz Troyano* (despesas de confeitaria e materiais para as decorações efémeras).

<sup>190</sup> Tinha sido já da sua responsabilidade o *Dessert* da cerimónia realizada a 11 de Abril em Lisboa, “dia da Embaixada”, entrada do Embaixador de Espanha, José Gutierrez de los Rios, Conde de Fernan Nuñez, Grande de Espanha.

<sup>191</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx. 3607, N.º 14, Agosto de 1785.

<sup>192</sup> Cf. IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx. 3608. Com o risco das generalizações, este documento sugere uma contabilidade bem organizada por parte do ourives, que salda as suas contas antes do final do ano.

*grandeza, não se faltando a couza alguma que pertencia ao decoro da Altissima Magestade que estava presente”, escrevia, aliviado, o Guarda-Jóias Pinto da Silva*<sup>193</sup>.

.....

Em Novembro de 1789, Vilar regista as despesas decorrentes de dois importantes acontecimentos que envolveram, nesse ano, a corte portuguesa, a “*Sagração da Igreja do real convento da Estrela*” e a “*Jornada e Função na vinda do Sr. Infante D. Pedro Carlos*”.

A Família Real não esteve presente na *Jornada*, para poder assistir à *Sagração da Real Basílica do Mosteiro do Santíssimo Coração de Jesus*, a Basílica da Estrela, que se revestia de especial significado para a Rainha D. Maria I.

Seguiu, pois, para o Alentejo o Marquês de Marialva, com a importante missão registada no “*Itinerário que fez na Augusta condução do Sereníssimo Senhor Infante D. Pedro Carlos de Bragança e Bourbon desde o Caia até Lisboa em Novembro de 1789 o Marques de Marialva, D. Diogo José de Vito de Menezes*”<sup>194</sup>.

Tal como na *Jornada* de 1778, o Paço do Bispo, foi de novo o cenário, destinado às cerimónias que reuniram as comitivas de Portugal e Espanha. Relata-nos o Marquês: “*a Apozentadoria d’Elvas estava luzidíssima não discrepando hum ápice das minhas disposições*”. No respectivo “*Mapa geral de todas a despesas feitas em Elvas*”<sup>195</sup>, Vilar regista as habituais as ajudas de custo a quantos serviram nesta *função*, *copeiros de fora*, *criados* do Paço de Belém e de Queluz, *moços da Mantearia*, o Mestre cozinheiro Domingos de Abreu, o conserveiro José António Torres e também o fiel do Tesouro Joaquim José de Azevedo, entre muitos outros.

A Mesa de Sua Alteza – o qual contava apenas cinco anos de idade –, a Mesa de Estado e as restantes nove mesas foram, como refere o Marquês de Marialva, por si previamente examinadas, encontrando-as servidas na ordem que tinha determinado. É, portanto, o Estribeiro-mor da Casa Real, quem, como “*condutor*” do Infante, fixa e vela pela boa composição e ordenação da mesa, tal como a sua assistência. “*Assisti à Meza de S.A. e logo que findou o seu jantar todos nos assentamos à Meza de Estado, e para toda a clareza individuo as pessoas que forão: Eu [,] a Marqueza, seu irmão, o Visconde d’Armeria*<sup>196</sup> (*condutor do Infante desde a corte de Madrid até ao Caia*), o Conde Redondo, meu irmão D. José de Meneses, o Embaixador, D. Diogo de Noronha, o general Visconde da Lourinhã. Todas as mais Mezas que erão nove se servirão a um tempo com ordem profusão e delicadeza”. Após as duas principais mesas, onde também a sucessão no tempo é, como sabemos, sinal de precedência, fica registado que as nove mesas que acolheram os restantes membros das comitivas, foram servidas em simultâneo. No seu testemunho não adianta qualquer pormenor relativo à composição das mesas, onde se justificaria a presença das principais baixelas da coroa. Os vinte seis *carros de cordas* que no livro de transportes desta *jornada*<sup>197</sup> foram destinados à “*Prata do Dezembargador*” atestam a sua presença nestas cerimónias de Elvas. Que considerações poderemos tecer no âmbito das solenidades da *Sagração da Real Basílica do Mosteiro do Santíssimo Coração de Jesus*, na Estrela, no mesmo mês de Novembro de 1789?

Escreveu-se na *Gazeta de Lisboa*: “*SS MM e AA como tinham determinado vir a ella em todos os dias, e se propunhão jantar em cada hum delles no Palacete, que está junto do mesmo Templo, ordenarão a todos os seus criados que lhes assistissem ao menos nos dous primeiros*

<sup>193</sup> Cf. IAN/TT, AHMF, Casa Real, L.º 2990, “*Livro do expediente do Particular*”, carta enviada por António Gomes da Silva a D. Vicente de Sousa Coutinho, Junho de 1785.

<sup>194</sup> BA 54-X-7, n.º120.

<sup>195</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx. 3612, Novembro de 1789.

<sup>196</sup> Visconde d’Almeria

<sup>197</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, L.º 794, “*Receita e Despeza da Jornada que a Rainha Nossa Senhora mandou fazer a Elvas para se hir buscar o serenissimo Snr Infante D. Pedro Carlos em 20 de Outubro de 1789*”,

dias”<sup>198</sup>. Acrescentam as Memórias escritas por Manuel Pereira Cidade, Capelão fidalgo da mesma Basílica, que com efeito “*jantaram todos elles no Palacete que está junto à Basílica*”, tendo a Rainha determinado que esses dois dias, “*Domingo e 2ª frª (...) fossem de gala.*”<sup>199</sup> Em Belém fica registada por Vilar, em folha própria, a “*Relação da despesa que fis por Ordem de S. Mag.<sup>de</sup> que Deus G.de na função da Sagração da Igreja do Real Convento da Estrela*”<sup>200</sup>, onde encontramos indicadores de refeições extraordinárias, como a presença de conserveiros, *copeiros de fora* e criados de Queluz, e uma referência a gastos com material de limpeza de prata.

Passados seis meses detectamos arranjos de peças da “*Bachela da Rainha Nossa Senhora*” a cargo de um novo ourives: Dionísio Gomes da Silva<sup>201</sup>. Em Maio de 1790 declara o arranjo de “*(...) tres reichoís de prata e hu asucareiro e hua tampa de therrina*” e, em Dezembro do mesmo ano, o de “*(...) cinco serpentinas de prata, hum Vazo e hum Asucareiro*”<sup>202</sup>. Não identifica, no entanto, a ocasião ou ocasiões em que a Baixela tivesse servido, vindo a reflectir-se nestes específicos concertos.

No ano seguinte repetem-se grandes cerimónias nesta Basílica, no mês de Junho, “*dia do SS.<sup>mo</sup> Coração de Jesus*”, com despesas pelo “*Jantar na Estrela no dia do nome de Jesus*”<sup>203</sup>, onde também se refere a “*conduções do trem*”, com os necessários provimentos. Em Novembro, para as cerimónias do aniversário da Sagração da Basílica, *Mossos das carroças* levam o *trem da prata* para o *Jantar da Estrêla*, trazendo-o de volta a Belém.”<sup>204</sup>

##### 5. **Serviu Sua Magestade Catholica e mais Familia Real em 24 de janeiro de 1796, dia em que jantarão em Elvas, no Paço do Bispo.**

Próximo do final do século, voltamos a localizar a Baixela em novas cerimónias oficiais de grande aparato. Celebraram o encontro dos *Reis Católicos*, em *jornada* com destino a Sevilha, com os Príncipes D. Carlota Joaquina e D. João, no mês de Janeiro de 1796. No seguimento de um primeiro encontro em Badajoz, tem lugar em Elvas o banquete oferecido pela Família Real portuguesa.

Na ausência de outros relatos, conta-nos o Guarda-jóias João António Pinto da Silva: “*(...) fuy desta Corte, p.ª Villa Viçosa acompanhando a Suas Altezas (...) que em Badajoz e em Elvas comeram com seus Pais (...) sendo as Funções muito brilhantes, despendiozas, e de grande gosto*”<sup>205</sup>.

O habitual cortejo de “*Carros de cordas*” carregando *Prata do Dezembargador* e de Queluz, o *Trem do Dezembargador*, os *mossos do Dezembargador*, os *criados de Queluz*, a *Mantearia*, a *Oxaria*, entre muitos outros, percorrem de novo os caminhos que os levariam até Elvas<sup>206</sup>. Em seges seguem, entre outros, João Rodrigues Vilar, o guarda-jóias Pinto da Silva, os seus criados, o fiel do Tesouro Joaquim José de Azevedo, José Caetano Trigo Mantieiro, o Mestre da Cozinha e escrívão, os conserveiros, o comprador da Uxaria, seguindo também o

<sup>198</sup> *Gazeta de Lisboa*, N.º XLVII, 1789, Suplemento Extraordinário.

<sup>199</sup> Manuel Pereira Cidade, *Memórias da Basílica da Estrela*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, p.140.

<sup>200</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx. 3612, Novembro de 1789.

<sup>201</sup> Natural de Lisboa, filho de Tomé Gomes, com “*logea*” na rua da Prata. IAN/TT, Habilitações do Santo Ofício, Mç. 3, doc. 40. A marca de ourives da prata de Lisboa, atribuível a Dionísio Gomes da Silva, é datável de c. 1750 a 1804, in: Moitinho de Almeida, *Marcas de Pratas Portuguesas e Brasileiras (século XV a 1887)*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, p. 165.

<sup>202</sup> Cf. respectivamente IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx. 3614, recibo n.º 35, Maio de 1790 e IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx. 3616, recibo n.º 7, Dezembro de 1790.

<sup>203</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx. 3614, Novembro de 1790.

<sup>204</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx. 3614, Novembro de 1790.

<sup>205</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, L.º 2991. Correspondência de João António Pinto da Silva para Piaggio, 24 de Fevereiro de 1796.

<sup>206</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, L.º 887, *Livro de Receita e despesa da Jornada de Vila Viçosa*, 11 de Janeiro a 12 de Fevereiro de 1796.



Mordomo-mor e o ourives David Ambrozio Pollet (1754-1822), que para esta ocasião criara um grande número de jóias, o que ficou expresso na *“Relação das jóias que se derão a sua Mag.<sup>e</sup> Catholica e mais Familia Real em 24 de janeiro de 1796, dia em que jantarão em Elvas”*<sup>207</sup>.

Sob a designação de *prata do Desembargador* seguiu prata das duas baixelas. A porcelana guardada em Belém também foi requisitada. Para evitar maiores danos, tinham sido adquiridas *quatorze arrobas de aparas de papel para encaixotar a prata e loiça que vai servir na presente Jornada do Alentejo*<sup>208</sup>, assim como *quatro arrobas de estopa para calafetar loiça e prata*. Vilar, com a sua escrita organizada, transporta-nos novamente para os bastidores dos dias da *Jornada do Alemtejo*. Ao fazer o lançamento das despesas, é o próprio quem enumera as suas tarefas: *“(…) o preparo das Mezas, doce, vinho e licores, pagamento de copeiros e moços de fora, ajudas de custo dos da caça e despeza que fizerão todos na hida e vinda (…)”*<sup>209</sup>.

Na composição dos *Dezeres* [decorações da mesa] intervieram vários Copeiros, de entre os quais destacamos Joaquim Roza da Banha, pelos interessantíssimos materiais que apresenta em despesa<sup>210</sup>. O requinte dessas composições foi certamente uma das expressões, que a par do esplendor das baixelas de prata, terão concorrido para o brilho e grande gosto assinalados pelo Guarda-jóias nestas cerimónias.

São estes os últimos ecos de banquetes públicos, com a presença da Baixela Germain, antes do fechar do século. Com ele encerra-se também o ciclo marcado pela actividade de João Rodrigues Vilar, cujos episódios ao serviço da Mesa Real de aparato percorremos, guiados pela sua pena ao longo das inumeráveis e sempre regulares *folhas das despesas do Quarto do Real Paço de Belém*.

#### **6. Prata , Loiça, Seda, Pano, Roupas Brancas, Vidros, e Trastes que estavam no Paço da Quinta de Belem, e foram para o Palácio das Necessidades**

João Rodrigues Vilar morreu a 4 de Fevereiro de 1800, dia em que ainda assinou o seu expediente. Um mês depois, foram necessários *“183 carretos para a transferência das Baixellas e Louças, da Quinta de Belem p.<sup>a</sup> o Tesouro”*<sup>211</sup>, no Paço das Necessidades. As competências da *repartição que foy do Dez. João Rodrigues Vilar* passaram, a partir de então, a ser asseguradas pelo Guarda-jóias, João António Pinto da Silva<sup>212</sup>.

É introduzido no livro de inventário do Tesouro, o registo da *“Prata, Loiça, Seda, Pano, Roupas Brancas, Vidros, e Trastes que estavam no Paço da Quinta de Belem, e foram para o Palácio das Necessidades”*<sup>213</sup>. Esta Relação, não datada, poderá assim ser associada a este momento. Nas datas inscritas na capa deste livro, notamos uma nova data, a lápis, *“1800”*.

Este documento, constituiu um precioso elemento de trabalho, para a compreensão da Baixela Germain e da sua história que, como vimos, não pode ser desligada daquela que nele vem claramente identificada como *segunda baixela*, que foi do Duque de Aveiro. Talvez seja este o último documento de inventário da Casa Real onde ainda se marcam as fronteiras dos dois conjuntos. Assimilados pela prática, assumiram uma designação comum de *“Prata da Baixela da Coroa”* e como tal passaram à posteridade.

*“Quando me ocupei, em 1887, muito especialmente da baixela francesa da Casa Real, tinha essencialmente por fim destruir duas lendas: a primeira, que essa baixela fora*

<sup>207</sup> Cf. IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx. 3753, *“Relação das jóias que entrega ambrozio Pollet em Villa Viçosa em 16 de Janeiro de 1796”*, sobre os joalheiros Pollet vid. Nuno Vassallo e Silva, *Os Pollet, joalheiros de D. Maria I*. Comunicação apresentada ao Encontro *“Os imigrados na Sociedade Portuguesa. Homenagem ao Conde de Oyenhausen”*, Fundação das Casas de Fronteira e de Alorna, Junho, 1993.

<sup>208</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx. 3623, recibo n.º 26

<sup>209</sup> *Idem, doc. cit.*

<sup>210</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx. 3623, recibo n.º 14.

<sup>211</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx. 3182, Cap. 33, *“Despesas relativas à repartição que foi do dez.<sup>or</sup> João Roiz Villar”*, recibo N.º 3, Março de 1800.

<sup>212</sup> IAN/TT, AHMF, Casa Real, Cx. 3182, Cap. 33.

<sup>213</sup> IA/NTT, AHMF, L.º 3076, publicado no BANBA, Vol I, Lisboa 1935, p. 111.

*sequestrada ao Duque de Aveiro, e esta era lenda nacional; a segunda, a lenda estrangeira, que a baixela nunca tinha sido paga* ”<sup>214</sup> refere o Marquês da Foz, autor do primeiro estudo português sobre a Baixela Germain.



Fig. 7. Prato coberto, PNA. inv. 5365

Podemos concluir, com base nos actuais dados da investigação, que a Baixela encomendada por D. José I em meados do século, entesourada e gerida a partir do Paço de Belém, teve uma utilização tardia, com início em 1777. Sinais dos seus movimentos captam-se no minucioso registo de despesas do Desembargador João Rodrigues Vilar, indissociável das grandes mesas do reinado de D. Maria I. Certamente terão sido redigidas listas circunstanciadas das peças que saíram e regressaram ao Paço de Belém, nessas ocasiões. Regulamentos, avisos e correspondência, partindo do Mordomo-mor, terão circulado entre os diversos intervenientes na preparação e execução do cerimonial e serviço da mesa João. Rodrigues Vilar, o Vedor, o Mantieiro, o Guarda-Jóias e Guarda-Roupa. Estes dados cruciais são ainda desconhecidos apesar das pesquisas efectuadas nos arquivos nacionais. Farão parte da documentação que seguiu com a corte para o Brasil?

Foram, pois, os relatos e crónicas, coincidentes com os dados da regular documentação de Vilar, a base que nos permitiu traçar a vida da *primeira baixela* da Coroa. As ocasiões para as quais foi requisitada, reflectem o carácter extraordinário e oficial da sua utilização, ao ritmo dos raros banquetes públicos da Família Real. A sua “natureza” parece assim excluí-la de outros banquetes, como aqueles organizados no âmbito das festas realizadas no Paço de Queluz.

Evoluía a arte da mesa, desde a data em que a corte encomendara este serviço, ao mais célebre ourives parisiense, François Thomas Germain. Novas modas impunham novas opções decorativas, as quais haviam já levado à rejeição do *Surtout* inicialmente previsto, favorecendo, de igual modo, a entrada da porcelana em cenários de aparato. As fontes testemunham que o serviço de Germain serve a par com a prata de mesa proveniente do Sequestro feito sobre os bens do 8.º Duque de Aveiro, que veio constituir a então designada “*segunda baixela*” da Coroa. Esta prata de aparato rivaliza em prestígio, sobre a Mesa Real, com a porcelana. Em grandes banquetes régios a Coroa recorre à prata do Infantado, de produção nacional, executada pelo ourives Sebastião Bernardes e, provavelmente, desenhada por Robillion, da qual se destaca o grande “*sertum de Queluz*”.

---

<sup>214</sup> Marquês da Foz, *A Baixela Germain da Antiga Corte Portuguesa*. Lisboa, Edição dos Amigos do Museu, Lisboa, 1925, p. 16.

(in “A Baixela de Sua Majestade Fidelíssima”, PNA, Lisboa 2002)

Contra a expectativa, não encontramos, nestes banquetes, a separação entre a mesa onde são servidas as *Cobertas* de Cozinha e a mesa do *Dessert*, separação que se havia verificado na paradigmática Mesa da *Hospedagem* do Conde de Bacchi, em 1755, e que parece ter sido frequente nos banquetes festivos de Queluz. Assim, as mesas apresentam, geralmente, extensas composições centrais (*Dessert*, *Surtout*) que permanecem como *Dormants* do princípio ao fim do banquete, dispondo-se ao seu redor, os pratos que servem nas sucessivas *Cobertas*.

Essa disposição é diferente daquela expressa na encomenda da Coroa em 1756, e para a qual Germain criara os necessários conjuntos, isto é, no que respeita às *cobertas* de Cozinha, planos de mesa em três fileiras, marcando o centro, em cada *Coberta*, um diferente prato de serviço, de tipologia própria à respectiva *Coberta*. Apenas a mesa da *quarta Coberta*, que nesta Baixela correspondia ao *Dessert*, deveria ser o palco de uma mais complexa composição. Três grupos escultóricos sobre tabuleiro ou *plateau*, ocupariam toda a sua área central. Não veio a corte a dispor de tal *Surtout*, recusando o projecto excessivo de Germain. Já em 1765, nove anos após a encomenda, e de novo em 1777, D. Vicente de Sousa Coutinho o condenara à inutilidade sobre qualquer mesa, pela sua disproporção e intrincado gosto “gótico” como define o *Rocaille*. Seria mais útil, como afirmava, composições mais delicadas de *plateaux* com figuras de porcelana e criativas ornamentações de copeiros. Não fica claro a quem pudessem ser atribuídos os planos da Mesa Real, que poderão ter apresentado soluções próximas deste modelo, mas também outras de feição mais tradicional, onde uma vez se encontrou mesmo “alguma sensaboria”.

Para umas e outras, sem dúvida se recorreu às importantes e variadas obras em prata, prata dourada e porcelana que haviam sido integradas na Coroa em 1759, na sequência do Sequestro dos bens da Casa de Aveiro, conjunto que procurámos também evidenciar. Não se conhece ainda o destino, da maioria destas peças que, com a Baixela, seguiram para o Brasil. As magníficas obras destinadas ao esplendor da mesa do Mordomo-mor de D. José I, constituíram, nos exemplos do reinado de D. Maria I, o complemento da Baixela que a Corte já não esperava de François-Thomas Germain.

\*Este artigo foi publicado em:

AA.VV. (dir. e coord. Isabel Silveira Godinho), *A Baixela de Sua Magestade Fidelíssima. Uma Obra de François Thomas Germain*. Palácio Nacional da Ajuda, 2002.

\*\* Investigadora do Palácio Nacional da Ajuda

Fotografia: António Homem Cardoso